



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

**JULIANA TAMIETTI LAURITO**

**A GOVERNANÇA DA INTERNET SOB A ÓTICA NEORREALISTA DA  
ESTABILIDADE HEGEMÔNICA DOS EUA**

Brasília  
2014

**JULIANA TAMIETTI LAURITO**

**A GOVERNANÇA DA INTERNET SOB A ÓTICA NEORREALISTA DOS EUA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

Brasília  
2014

**JULIANA TAMIETTI LAURITO**

**A GOVERNANÇA DA INTERNET SOB A ÓTICA NEORREALISTA  
DOS EUA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Relações  
Internacionais do Centro Universitário de Brasília  
(UniCEUB)

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Frederico Seixas Dias  
(Orientador)

---

Prof. Raquel Boing Marinucci

---

Prof. Carlos Ricardo Caichiolo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para não desistir em nenhum momento a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

À minha mãe, que me concedeu a possibilidade de estudar e nunca me deixou faltar nada. Sou eternamente grata à sua dedicação e amor incondicional.

Aos amigos que fiz na faculdade, que me mostraram o que é amizade de fato, em momentos bons e ruins. Foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, passando horas a fio na biblioteca. Obrigada, Ana, Jéssica, Ricardo e Vinícius, obrigada.

E claro, ao meu orientador e professor Fred, que sem suas aulas de teoria meu percurso teria sido muito mais difícil, e por sua paciência e bom vontade em me ajudar sempre, minha eterna admiração e gratidão.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
CCITT	Consultative Committee on International Telegraphy and Telephony
ccTLDS	Country Level Domains
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
DNS	Domínio dos Nomes do Sistema
EUA	Estados Unidos da América
GAC	Governmental Advisory Committee
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GBDE	Global Business Dialogue on e-commerce
gTLDS	General Top Level Domains
IAHC	International Ad Hoc Committee
IANA	Internet Assigned Numbers Authority
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
ICT	Information and Communications Technology
IETF	Internet Engineering Task Force
ITF	Institute For The Future
IP	Internet Protocol
IPR	Intellectual Property Rights
ISO	International Organization for Standardization
ISOC	Internet Society
ITR	Regulamento das Telecomunicações Internacionais
ITU	International Telecommunication Union
MAI	Multilateral Agreement on Investment
NSA	Agência de Segurança Nacional
NSI	Network Solutions Incorporated
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organization for Security and Co-operation in Europe
OSI	Open Systems Interconnection
OTAN	Organização dos Tratados do Atlântico Norte
RI	Relações Internacionais
SCADA	Supervisory Control and Data Acquisition
SNA	System Network Architecture
TCP	Transmission Control Protocol
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WCIT	Conferencia Mundial sobre Comunicações Internacionais
WGIG	Working Group on Internet Governance
WIPO	World Intellectual Property Organization
WSIS	World Summit on the Information Society
WTO	World Trade Organization
WWW	World Wide Web

## RESUMO

Os Estados Unidos possui em seu vasto histórico de dominância a primazia no que compete à evolução e controle da Internet, desde a sua criação até o processo de redes e padronização de sistemas. Este trabalho segue uma linha de análise teórica que vai desde as teorias clássicas das Relações Internacionais, acompanhando também suas evoluções para que se explicassem cada momento vivido. O propósito de analisá-las é para que sustente a de em que medida o processo de institucionalização da governança da Internet é coerente com a lógica neorrealista da teoria da estabilidade hegemônica, a fim de compreender a unipolaridade norte-americana do sistema. Os mecanismos desenvolvidos para que os Estados permaneçam como os principais atores do sistema internacional, para que continuem dominando no que se refere a questões internacionais. E por fim, como se deu a construção de um regime, de acordo com as preferências dos EUA, e em seguida, qual a atitude dos EUA quando não está de acordo com a sugestão de um novo regime e/ou a reformulação do mesmo.

**Palavras-chave:** controle da Internet, redes, institucionalização, governança, estabilidade hegemônica, unipolaridade, regime.

## ABSTRACT

The United States has in its long history of dominance the primacy as it is for the development and control of the Internet, from its creation to the process of standardization networks and systems. This work follows a line of theoretical analysis ranging from the classical theories of International Relations, also following its evolution to explain the living moment. The purpose of analyzing them is to sustain the idea of the extent to which the process of institutionalization of Internet governance is consistent with the logic of neo-realist theory of hegemonic stability, in order to understand the American unipolarity of the system. The mechanisms developed for states remain as the main actors of the international system, to continue dominating with regard to international issues. And finally how was the construction of a system in accordance with US preferences, and then, what's the US attitude when is not in accordance with the suggestion of a new system and/or the reformulation of it.

**Key-words:** Internet control, networks, institutionalization, governance, hegemonic stability, unipolarity, regime.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A DIALÉTICA TEÓRICA: APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE PODER E COOPERAÇÃO SEGUNDO O REALISMO E O LIBERALISMO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 REALISMO CLÁSSICO E O NEORREALISMO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 O LIBERALISMO E O INSTITUCIONALISMO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 O PROCESSO DE GOVERNANÇA NO ESPAÇO CIBERNÉTICO .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 MECANISMOS DE GOVERNANÇA .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 REDES, MÉTODOS E TEORIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 HIERARQUIAS EM REDE.....</b>	<b>34</b>
<b>2.4 A LIDERANÇA DOS EUA NO CIBERESPAÇO .....</b>	<b>37</b>
<b>3 A POSTURA HEGEMÔNICA DOS EUA PERANTE O DOMÍNIO DA INTERNET</b>	<b>45</b>
<b>3.1 UNIPOLARIDADE CIBERNÉTICA .....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 ESFORÇOS DOS EUA PARA CRIAR UM REGIME INTERNACIONAL DA INTERNET SOB OS TERMOS DE SUA PREFERÊNCIA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 ESFORÇOS DOS EUA PARA EVITAR A CRIAÇÃO DE UM REGIME INTERNACIONAL DA INTERNET FORA DOS TERMOS DE SUA PREFERENCIA .....</b>	<b>57</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

A governança da Internet tornou-se um assunto presente na agenda das Relações Internacionais para questionar sua influência na vida moderna, e principalmente, representa mais um aspecto de dominância entre os Estados. Assim como nas teorias clássicas, procurou-se desenvolver e aprimorar estas correntes para que melhor explicassem o momento em questão. Internet não seria apenas um sistema que aproxima os espaços através do meio virtual. Por meio dela, as relações econômicas, sociais e ações governamentais se intensificaram. Uma breve análise sobre as teorias clássicas dará início ao propósito final, que é perceber se os Estados ainda são os atores mais importantes do sistema, e se a busca pelo status quo existe, salientando a vontade de poder histórica dos Estados Unidos enquanto pólo único do sistema internacional contemporâneo, inclusive no que compete à segurança da Internet. Estados cooperam, de acordo com a teoria liberal institucionalista, para que seu poder de influência se propague, e aqueles que não concordarem com seus princípios, serão coagidos ou sofrerão retaliações, como prega a teoria realista. O sistema internacional é caracterizado pela assimilação de ambas.

A partir do momento em que a questão da Internet envolveu vários atores do sistema internacional, a formulação para suas políticas deveria ser mais abrangente e minuciosa, gerando um ambiente de conflito entre aqueles atores que possuíam maiores capacidades relativas em relação aos demais, pois tratava-se então de uma competição para seu domínio. O sistema, ainda que anárquico, funciona por meio da estabilidade hegemônica onde um ator com maiores capacidades materiais, quase que imbatíveis, dita as regras do sistema levando a crer que este possui um ator unipolar. Ainda que agora precisem lidar com as instituições, estas seriam como ferramentas estatais. Para que o poder da Internet não fosse fragmentado, os Estados Unidos, juntamente com outros Estados que também estivessem de acordo com suas preferências, encontrariam maneiras de continuar coordenando a principal ferramenta dos dias atuais.

De certa forma, não se pode negar que as questões mundiais conflituosas se tornaram menos danosas, se compararmos ao período entre guerras. Os conflitos não ocorrem apenas entre grandes potências. E as potências inferiores, com auxílio das instituições, possuem mais voz e chance de poderem de fato atuar no cenário internacional, ainda que corram risco de sofrerem retaliações se chocando com as das grandes potências.

De fato, a autonomia dos Estados sofreu limitações com as regulações que padronizaram o sistema. Tudo se tornou muito mais burocrático, mas não o suficiente para inibir os atores a deixarem de alcançarem seus objetivos. A era é dos conflitos tecnológicos e da espionagem. Esta foi a maneira que os Estados encontraram para que se mantenham dominantes também na história da Internet.

Pode ser que eventualmente os países que hoje são dominantes, não sejam mais, e o curso da história seja tomado por outro caminho, por hora, será possível perceber que os Estados Unidos ainda demonstram interesse, e, ainda que o país adote uma postura liberal, pregando o livre acesso comercial, este visa seu benefício próprio, visto que desta forma, ainda é possível exercer influência sobre os demais países que procuram alcançar as proporções alcançadas pelos EUA. Elucidando sua característica unipolar, elevando seu status a uma qualificação hegemônica.

## **1 A DIALÉTICA TEÓRICA: APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE PODER E COOPERAÇÃO SEGUNDO O REALISMO E O LIBERALISMO**

O que pretende-se com uma teoria é propor um modelo de análise para determinado fenômeno, classe de acontecimentos, etc. Não obstante, para entender a política externa dos países, e a vida internacional, se faz necessária a comparação das ideias realistas e liberais, as teorias clássicas que explicam as Relações Internacionais desde o início, onde os conflitos precisavam de um basta, e havia a necessidade de compreender o por que os países resolviam deste modo. Ao longo do tempo, com uma maior compreensão dos Estados, e uma maneira de tomar decisões mais prudentes, as teorias clássicas sofreram adaptações para que se adequassem ao momento em questão, sendo elas a teoria neorrealista e neoliberal.

O objetivo principal desta seção será apresentar brevemente os conceitos dessas duas escolas de pensamento, focando no que diz respeito ao poder, de um ponto de vista de dominação e cooperação, que são as características que melhor representam o debate das teorias em questão. Esta apresentação teórica servirá de base para compreender a questão da governança da internet, e compreender, de acordo com a política externa dos Estados Unidos (EUA) se, de fato, o processo de institucionalização da internet é coerente com a lógica neorrealista da estabilidade hegemônica.

Neorrealistas geralmente possuem uma visão mais rígida ao se tratar do comportamento dos Estados, do que os Neoliberais, que acreditam que com o tempo, existirá uma solução para todos os conflitos. Ambos acreditam na cooperação internacional, discordando apenas da forma como elas acontecem. Neorrealistas vêem a cooperação como uma forma de maior dependência em relação ao poder dos Estados, algo difícil de alcançar e ainda mais difícil se manter. De todo modo, os neoliberais não discordam totalmente deste ponto de vista, mas acreditam que é possível o progresso a fins de maior integração entre os Estados<sup>1</sup>. Segundo Keohane, renomado autor neoliberal, a comunidade europeia seria uma resposta para estas teorias. Se a integração vir a acabar, a teoria neorrealista terá realizado análises mais consistentes, caso contrário, se vir a se fortalecer ainda mais a integração dos países europeus, pode-se concluir que a análise neoliberal obteve maior êxito. Até o momento, pode-se dizer que apesar de nem todos os países pensarem da mesma forma, a integração se mantém. Porém, existe a possibilidade de integrantes possuírem maior poder de

---

<sup>1</sup>BALDWIN, David. *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. David A. Baldwin. 1993. p.5

influência na tomada de decisões, levando novamente a uma inconsistência analítica. Outro impasse que caracteriza as teorias seria a preocupação com os ganhos relativos e ganhos absolutos. Neoliberais acreditam nos ganhos absolutos, onde todos saem ganhando com a cooperação. Em contrapartida, os neorealistas estão preocupados com os ganhos relativos, ou seja, só será uma oportunidade válida se seus ganhos forem maiores ou únicos, em relação aos demais<sup>2</sup>.

Desde que as instituições se estabeleceram e tornaram-se atores de fato relevantes, em 1945, pós Segunda Guerra Mundial, como maior exemplo internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), sucessora da extinta Liga das Nações<sup>3</sup>, as duas correntes reconheceram a magnitude e efetividade que poderiam se tornar. De modo que os neorealistas crêem que a corrente neoliberal subestima a anarquia do sistema, quando se refere à tomada de decisões das instituições. Nenhuma corrente convencerá a outra de que seus argumentos são a forma definitiva e correta a se pensar o sistema internacional, o importante é saber entender o que promove ou inibe a cooperação. Cada debate gera novas hipóteses, e esta seria a importância de promovê-los, visto que sempre haverá mais de uma verdade, implicando diferentes formas de pensar em como alcançar a cooperação. A princípio seriam necessárias novas estratégias para que houvesse reciprocidade entre os atores, definir o número de atores que estariam envolvidos na cooperação, pois acredita-se que quanto menos atores, mais fácil a probabilidade e vontade de cooperar, além da aplicação de regimes como finalidade para a cooperação. Ademais, um ponto forte que deve ser levado em consideração para que as direções de uma futura cooperação sejam elaboradas, seria a distribuição de poder entre os Estados. Poder este capaz de manipular a agenda internacional, bem como influenciar nas decisões dos Estados.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup>BALDWIN, David. *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. David A. Baldwin. 1993. p. 5.

<sup>3</sup>*História das instituições internacionais*. Disponível em: <<http://histclo.com/hist/hist-io.html>>. Acesso em: 24 set 2014.

<sup>4</sup>BALDWIN op cit. p. 5-25.

## 1.1 Realismo Clássico e o Neorrealismo

O realismo clássico conta como principais pensadores Hans Morgenthau e Edward Carr, que foram os autores que dominaram o debate no período da Guerra Fria, pelo fato de apresentarem teorias que melhor explicassem o momento e os acontecimentos da época. Este período, além de pós Segunda Guerra, foi marcado pela disputa ideológica entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), que buscavam influenciar os demais países do globo com suas perspectivas capitalista e socialista, respectivamente.

De acordo com a perspectiva realista, os Estados são os únicos atores relevantes no cenário internacional, e seu princípio gira em torno de um sistema considerado anárquico, pelo fato de não haver um governo que regule as ações internacionais; a ausência física de um governante e uma sede. Entretanto, as relações entre os Estados não ocorrem de maneira desordenada, pelo fato de os Estados compreenderem a logística da distribuição de poder. Distribuição esta não sendo uma divisão igualitária, e sim, uma distribuição de capacidades, que possa ser mensurada e definida como poder, visando sempre a segurança. A qualidade e a definição deste termo podem ser mutáveis. Isto explicaria a busca constante por poder ou para se manter nele, a fim de sobreviver neste cenário competitivo.<sup>5</sup>

Apesar de não definir claramente sua posição na obra *Vinte Anos de Crise*, Edward H. Carr critica e desmistifica o pensamento utópico e apresenta o debate entre realistas e utopistas, assim qualifica o autor quando trata a corrente Idealista, esta que privilegia o desenvolvimento institucional. Procurava aplicar seus argumentos com intuito de explicar o processo histórico, principalmente o período Entre - Guerras, tendo em vista que os utópicos acreditavam ter dominado o “pensamento intelectual e a prática diplomática ocidental”. A análise do contexto histórico estava diretamente ligada com a vontade de mudar o mundo, e a crença na paz.<sup>6</sup> Acreditavam na prescrição destas ideias na implementação de normas para reformular a ordem mundial que seria imposta, pois acreditavam que os Estados pudessem alcançar um interesse comum. O realismo desacredita fortemente neste ponto. Não há como os Estados manterem uma harmonia no campo do interesse, visto que são soberanos. Não há igualdade política, e as aspirações são divergentes, além do que não há como confiar nas

---

<sup>5</sup> GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes estrategistas das Relações Internacionais*. Contexto, 2004. p.10-11

<sup>6</sup>Ibidem. p. 19

verdadeiras intenções de um Estado, ao passo que cada um possui seu próprio interesse, e fará de tudo para maximizar o poder e seus ganhos.<sup>7</sup>

Hans Morgenthau diz que “toda política é uma luta pelo poder”, pois “o homem político é egoísta por natureza e tem necessidade de dominação”<sup>8</sup>. Para o realismo, a política é governada por leis objetivas enraizadas na natureza humana e não há como desafiá-las. Para determinar esta natureza humana, os atos políticos históricos e atuais de determinada sociedade devem ser estudados. A realidade política é como um “esboço nacional” que dá a possibilidade de premeditar como funcionaria a política externa de determinado Estado.

Para explicar e direcionar o curso da política internacional relaciona-se o conceito de interesse com poder. A ausência de poder impossibilitaria a distinção entre “fatos políticos e não políticos” além de acarretar em uma desordem sistêmica na “esfera política”. O conceito de poder de forma bem definida, induz uma “ordem racional no campo da política”. Conhecer os motivos pelos quais se seguem as ações dos políticos pode facilitar a entender e perceber quais seriam suas intenções. O que não significa que seja possível prever sua política externa. John J. Mearsheimer levanta um ponto importante onde diz que não há como os Estados confiarem cegamente uns nos outros, seria negligente da parte deles confiarem em normas e regras que podem facilmente ser infringidas.<sup>9</sup> Não há igualdade soberana, senão não haveria superpotências e Estados menores, intitulados como “mini estados”, devido à desigualdade da capacidade de poder. Dificilmente haverá no mundo um equilíbrio real de poder. Poderá, no mínimo, aproximar-se do que é compreendido como um possível ideal de equilíbrio de poder.

O princípio do realismo definido como poder, tem caráter universal, não significando que este conceito seja permanente. O interesse relacionado ao poder faz parte da essência política, sendo o tempo e o lugar irrelevantes. Os interesses definem a identidade dos Estados ou dos indivíduos. “A identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos”.<sup>10</sup> George Washington, seguindo esta linha de pensamento, aplicou sua compreensão no que diz respeito a este trecho, transformando-a em um princípio de seu governo que, em síntese, dizia que não é necessário tanto conhecimento para perceber que o interesse constitui o princípio que tudo governa. São raros e seria inútil aquele indivíduo que abrisse mão de seus próprios interesses e vantagens em favor do bem comum. É uma característica da essência humana, e uma realidade decorrente da história das nações, que

---

<sup>7</sup> MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995. p. 8-11

<sup>8</sup> MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, p.3-4

<sup>9</sup> MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, p.4-16

<sup>10</sup> Trecho extraído do livro *A política entre as nações*, p.17

para ser diferente, teriam que modificar a natureza do Homem. A instituição que optar por um caminho diferente, “estará fadada ao fracasso”.<sup>11</sup>

Contudo, a forma de exercer o poder leva em consideração o período e o ambiente político. Segundo Morgenthau, o realismo político tem consciência de que a ação política implica na significação moral, e que os princípios universais da moral “não devem ser aplicados às ações dos Estados como o são, e sim moldados para que se adaptem aos respectivos governos, de acordo com o tempo e o lugar em que se encontram. Os princípios morais de determinada nação por mais eficazes que sejam não devem por isso tornar-se lei moral de todo o sistema. As nações estão sim sujeitas às leis morais, porém, não se pode julgar e prever que agrada a todos da mesma forma. Compete ao realismo político distinguir verdade e opinião, verdade e idolatria e o bom do justo. Quão menores as margens e o espaço para dúvidas e discussões, melhor. Ainda segundo Morgenthau, “Essa equiparação [...] dá margem a que se engendrem distorções de julgamento, as quais, na cegueira do delírio de cruzados, destroem nações e civilizações”.<sup>12</sup> O interesse definido em termos de poder, evitaria o excesso de moral e de política. Fazer justiça não seria tão difícil. Respeitar a política das outras nações seria fácil, visto que o julgamento moral não interferiria.

Apesar de ser uma teoria mal compreendida e julgada, há de convir que em termos de facilitar a compreensão e as ações da política, o realismo tem suas vantagens.

Moralidade, no entanto, não é uma característica que não deveria existir, muito pelo contrário. Na concepção de Morgenthau, a natureza humana compreende que o “homem real” é a junção do “homem econômico, do homem político, do homem moral, do homem religioso”, e uma característica não deve eximir a outra. Uma vez desfragmentadas, não tornam o Ser completo.<sup>13</sup>

No ano de 1995, John J. Mearsheimer escreveu que não acredita que a solução para a paz no mundo esteja nas mãos das instituições. Não que estas não tenham um papel eficaz, a questão é que elas não desempenham seu papel por si só, são ferramentas do Estado, e seguem de acordo com o que ele propõe e dita.<sup>14</sup> O principal ponto em que o Realismo e o Liberalismo Institucional discordam é na questão de como as instituições afetam a “estabilidade internacional”. As instituições funcionam como distribuição de poder dos Estados no mundo. É o resultado do interesse de cada um, e não são as instituições que afetam o comportamento dos Estados, de modo que elas consigam mudar o curso das ações, decisões

<sup>11</sup>FITZPATRICK, John. *The Writing of George Washington*. Vol. X, p.363

<sup>12</sup>MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. p.21

<sup>13</sup> Ibidem. p.22-27

<sup>14</sup>MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995. p. 7

etc. muito pelo contrario, “instituições possuem o mínimo de influência sob o comportamento dos Estados”.<sup>15</sup>

Para Mearsheimer, as instituições funcionam como “um conjunto de regras que estipulam quais as formas e em quais Estados cooperar e quais competir”, visto que as regras são acordadas e negociadas previamente entre os Estados. Essa é a intenção das instituições. Acreditam na cooperação por meio da credibilidade que os Estados teriam uns com os outros, se assinassem o acordo e concordassem com as normas de cooperação. Os Estados escolhem obedecer as regras que eles mesmos criaram.<sup>16</sup> Sob o ponto de vista utópico, em que trata Carr, uma vez que as s seriam propostas por meio de normas, os Estados se comprometeriam a segui-las, e, caso infringissem-nas, seriam aplicadas punições aos infratores que iriam de sanções diplomáticas e econômicas ou ate mesmo uso da força, para proteger aquele que tiver sofrido as agressões.<sup>17</sup> Organizações internacionais são mediadoras no sentido de auxiliar na cooperação entre dois ou mais Estados. São estruturas de caráter administrativo e subordinadas ao governo.<sup>18</sup>

Com o passar do tempo e teor dos acontecimentos, a teoria Realista veio sendo adaptada e atualizada por autores como Kenneth Waltz, principalmente, e essa “evolução” deu-se o nome de teoria Neorrealista. Waltz diferencia as duas pela forma como são explicados os conflitos, e acredita que estes ocorrem devido à mudanças na estrutura, e cada Estado resolve agir de acordo com seus interesses e maximizar seus lucros.<sup>19</sup>

Mearsheimer salienta que apesar da constante busca pelo poder, da soberania indiscutível dos Estados e da crença nas instituições como sendo apenas ferramentas do Estado, não implicaria nas relações internacionais um frequente “estado de guerra”. Trata-se então de uma prudente tomada de decisões, onde os atores devem estar sempre prevenidos para qualquer ação relacionada à sua segurança.<sup>20</sup> A preocupação e o investimento na segurança não significa que os Estados estão sempre à espera de um conflito e não existe forma de cooperação ou consenso. Existe e ocorre de modo que cada Estado coopere por si.<sup>21</sup>

Mearsheimer detalha sua visão do sistema internacional que consiste na anarquia, não como sinônimo de desordem ou conflito, e sim, como a falta de uma autoridade central, contendo vários Estados politicamente independentes. Por isso o conceito de soberania é tão

---

<sup>15</sup> Ibidem. p.7-8

<sup>16</sup>MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995. p.8-9

<sup>17</sup> CARR, Edward. *Vinte anos de crise*. p.102

<sup>18</sup>MEARSHMEIMER, op cit. p.9

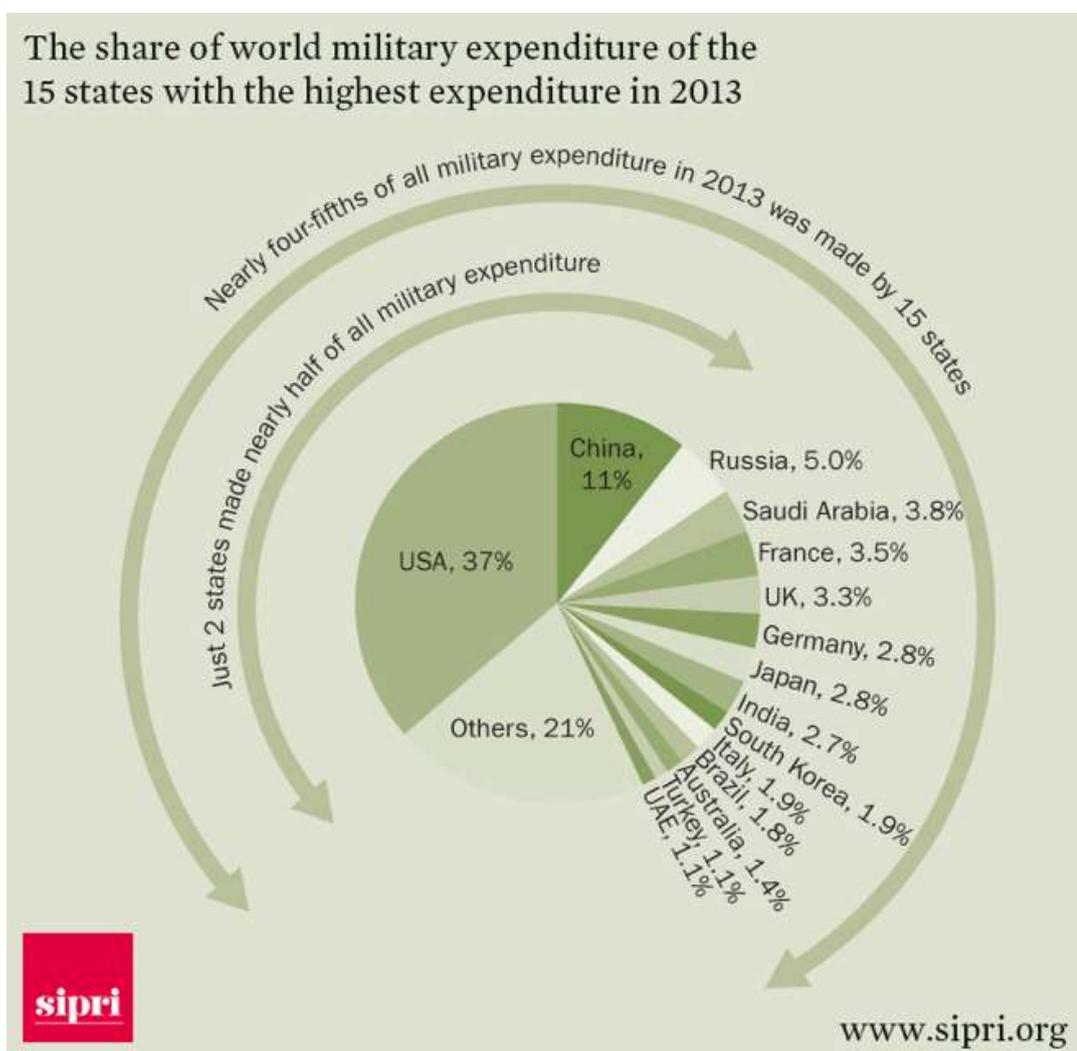
<sup>19</sup>WALTZ, Kenneth.*Theory of International politics*.p.3

<sup>20</sup>MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995.p. 9-10

<sup>21</sup> Ibidem. p. 10

importante e levado tão a sério pelos Estados. Pois não há uma entidade acima deles; capacidade militar é um dos status de garantia e poder, pois dá uma sensação de invencibilidade e pode ser usado como coação sobre outros Estados. A desconfiança também é uma característica presente, visto que não há como saber as verdadeiras intenções de um Estado. O principal motivo que governa os Estados é a sobrevivência em um mundo onde todos são condicionados a obter poder caso queiram progredir ou se sobressair sobre os demais. Pensam previamente em uma estratégia para sobreviver neste sistema<sup>22</sup>, e a característica mais marcante, seria o investimento em segurança (ver figura 1).

Figura 1 – 15 Estados com maiores despesas militares



<http://www.sipri.org/research/armaments/milex/recent-trends>

<sup>22</sup>MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995.p. 10-11.

Já diria Mearsheimer “Great powers are determined on the basis of their relative military capability. To qualify as a great power, a state must have suficiente military assets top ut up a serious fight in anall-out conventional war against the most powerful state in the world.”<sup>23</sup>

Muitas vezes, este pode parecer o retrato de um comportamento considerado mais agressivo dos Estados e o temor que os Estados sentem uns pelos outros e os levam a tratar todos como possíveis suspeitos. A possibilidade de dano sempre existe e por isso a precaução. E ainda que contraditório, a prática liberal e a criação das instituições, se deu por ideais norte americanos, como forma de auxiliar na contenção de conflitos, principalmente no continente europeu. Com o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teoricamente o mundo retornaria à multipolaridade, porém, as circunstâncias de um mundo pós- guerra, com a economia em baixa, o único que possuía capacidades materiais, militares, econômicas, tecnológicas e, geograficamente, menos afetado, eram os EUA. Tratava-se então de um mundo unipolar que refletindo o comportamento de um Estado dominante, que afetaria outros Estados, transformando o sistema internacional. Esta polaridade direciona os Estados, ações e reações, influenciando suas escolhas, incentivando seus comportamentos<sup>24</sup>. O país considerado unipolar significa que possui suas capacidades sempre em nível superior em relação aos demais. Não significa que está presente em todas as tomadas de decisões, mas sua influência ideológica sempre se faz presente na maioria das vezes. Ikenberry, apesar de não ser um autor neorrealista, analisa a política externa dos EUA, que será fundamental para este estudo. A aposta nas instituições tornou-se cada vez mais comum, inclusive por Estados dominantes. As instituições facilitam no exercício de poder, criando padrões de comportamento que refletem os interesses dos Estados, e tornam a política de poder menos agressiva.<sup>25</sup> Os EUA promove a disseminação da globalização e faz questão de difundir os benefícios deste processo com quanto mais Estados possíveis. Nos dias atuais, a internet pode ser um exemplo fatídico de toda esta questão institucional e dominante. Desde meados dos anos 90, a implantação de um regime internacional para o controle da internet vem sendo idealizado. A proposta e o seguimento que se deu de uma instituição foi dada não menos que pelos EUA. Pode-se concluir então, que, apesar de a iniciativa ter a intenção de envolver todos os países do globo que desejassem a instituição criada e comandada por americanos, dentro de seus países funcionaria como a proteção de seus interesses, vias institucionais<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Ibidem. p.5

<sup>24</sup> IKENBERRY, John. *Unipolarity, state behavior, and systemic consequences*. Vol. 61, No 1, 2009. p.1-10

<sup>25</sup> Ibidem. p.10

<sup>26</sup> MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Academic research library, 2007. p. 237-240

Desde o fim da Guerra Fria, até a os dias atuais, vários temas fizeram parte da agenda internacional variando entre temas sociais, econômicos e tecnológicos, e uma coisa é certa, os EUA esteve presente na maioria dos acontecimentos, não necessariamente de forma física. Não se sabe até que ponto irá esta unipolaridade, e até que ponto ela traz benefícios. Acredita-se que na medida em que as capacidades relativas de cada nação se desenvolvem, a necessidade de haver um Estado unipolar não se faz mais necessária<sup>27</sup>. É possível acompanhar o desenvolvimento e, principalmente, recuperação, de países que foram destruídos nos períodos de guerra como o Japão, Alemanha, China e Índia, que se tornaram potências econômicas e atores relevantes no Sistema, e é de se perguntar se da forma em que as economias destes países crescem, a soberania norte-americana está ameaçada. Não se pretende desqualificar o caráter e a presença das instituições no cenário global. São atores relevantes, que funcionam como mediadores, mas agem de acordo com o interesse dos Estados. Vários exemplos de infrações diplomáticas poderiam ser citados ao longo do trabalho, e seria possível constatar que não há respeito às normas, quando estas influenciam no êxito da vontade dos Estados. Existirá a cooperação, mas de uma forma natural, onde cooperar faz parte do “jogo”.

## 1.2 O Liberalismo e o Institucionalismo

Com suas origens provindas do pensamento iluminista do século XVIII, o liberalismo se inspira nos pensamentos de Adam Smith, John Locke e Immanuel Kant. A partir do momento em que se viu como corrente teórica das Relações Internacionais (RI), sua pretensão é não só explicar a realidade dos acontecimentos no sistema internacional, como também mostrar como deveria ser. Com o fim da Primeira Guerra e com seu resultado assustador, a influência desta corrente nas RI se desencadeou quando o então presidente norte-americano da época Woodrow Wilson propôs os Quatorze Pontos, com intuito de regular e promover a paz, acreditou que seria possível e suficiente.<sup>28</sup> Tornou-se então uma teoria marginalizada até o fim da Guerra Fria, quando reconquistou seu papel nas RI. O poder não estaria mais

---

<sup>27</sup>MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Academic research library, 2007. p. 27

<sup>28</sup>Gonçalves, W. *Relações Internacionais* p. 24

relacionado com as capacidades militares, cedendo lugar à relevância econômica e à política em si, posto que a de um mundo interdependente sustentava a doutrina desta teoria. Para que conflitos fossem evitados, considerava-se a da eficácia das instituições de caráter internacional para que por meio delas fosse alcançada a cooperação.<sup>29</sup>

Apesar de possuírem elementos divergentes, o Realismo é o principal interlocutor do Liberalismo Institucional e vice versa. A defesa do argumento, que se pode dizer que a partir dos preceitos liberais, criou-se um desenvolvimento da corrente que conta como precursores Keohane e Nye, quando escreveram *Power and Interdependence*, girando em torno principalmente da questão da interdependência complexa. Os autores pretendem criar uma alternativa para se pensar uma nova política mundial, com uma teoria também alternativa, que não as “tradicionais” como se referem à teoria realista, até então, dominante nas relações internacionais. Identificam então duas escolas de pensamento, e as definem como “escola modernista” e “escola tradicionalista”. A primeira criava um “mundo sem fronteiras”, onde o espaço não se limitava ao território do Estado, organizações internacionais conquistavam o campo, juntamente com movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais, como o próprio nome já indica, expandiam suas atividades comerciais. Por outro lado, a então “tradicionalista”, ainda preferindo dar continuidade na política mundial, o poder militar e o papel fundamental do Estado como principais atores do cenário internacional.<sup>30</sup> E para que ambas estivessem de acordo, os autores se propuseram a desenvolver uma teoria coerente para que fosse compreendida a política da interdependência.<sup>31</sup>

Ao contrário do que acredita o realismo, para o institucionalismo, a questão do poder não é apenas calculada como uma distribuição das capacidades, e sim, um cálculo mais delicado e minucioso, a partir do momento em que fronteiras entre países existem apenas nos mapas, já que se vive uma “nova era”, a era da interdependência.<sup>32</sup> A interdependência complexa então, ao contrario da teoria realista que acredita no Estado como dominante na política internacional, acredita nas relações que conectam a sociedade. Os autores chamam de múltiplos canais, que seriam desde relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais.<sup>33</sup> O uso da força não seria necessário entre os atores que fizessem parte deste “canal”.<sup>34</sup>

---

<sup>29</sup> WALT, Stephen. *International Relations: One world, many theories*. Special edition, No 110. Frontiers of knowledge, 1998. p.32

<sup>30</sup> KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Afterword, Longman, 2000. p. 3-4

<sup>31</sup> Ibidem. p. 4

<sup>32</sup> Ibidem. p. 3

<sup>33</sup> Ibidem. p. 26

<sup>34</sup> Ibidem. p. 25

O que mais incomoda os autores em relação à abordagem realista é que ela acredita na constante possibilidade de guerra entre os Estados, e a possível estabilidade concentrada nas mãos de Estados então poderosos, chamada de balança de poder.<sup>35</sup> O que se entende como Realismo, para os autores, seria o Estado como a figura mais importante, a agenda política internacional seguindo uma hierarquia de assuntos, pautando a questão da segurança como primordial (high politics) e, quando preciso, o uso da força é considerado válido e efetivo. A estrutura do sistema segue a linha de pensamento da distribuição de capacidades entre atores mais relevantes para os menos relevantes. Liberais também consideram os Estados como principais atores das Relações Internacionais, porém, acreditam que suas propostas para manutenção da paz por meio de normas e formas democráticas, obteriam resultados mais satisfatórios do que a forma como acreditam os realistas e regimes autoritários. O autor Jack Snyder, escreveu *One World, Rival Theories*, onde relembra a estratégia “diplomática” dos Estados Unidos no pós 11 de setembro, que pretendia disseminar a prática democrática ao Afeganistão e ao Iraque, ainda que fosse necessário um conflito armado. Na teoria, uma democracia não deveria entrar em conflito com outra, e sim, contra um Estado não democrático, com intuito de democratizá-lo. Snyder então diz que: “*Democratic Peace warned that, though democracies never fight each other, they are prone to launch messianic struggles against war like authoritarian regimes to ‘make the world safe for democracy’*”<sup>36</sup>.

Do ponto de vista de Keohane e Nye, a estrutura da distribuição de capacidades se dá entre unidades semelhantes, unidades estas representadas pelos Estados, unidades mais importantes da política internacional. A capacidade de cada um deles é considerada como uma ferramenta de poder. Esta capacidade não o qualifica como melhor ou pior, e sim é considerada como um poder de barganha dentro desta estrutura.<sup>37</sup> Sendo assim, algo que seria definido como quantidade de poder, para as teorias tradicionais, para Keohane e Nye, são consideradas um poder em potencial. Poder este com um conceito diferente do que propõe o realismo, levando em consideração o ponto de vista dos autores, e aqueles estudiosos que concordam com esta linha de pensamento, o conceito desta palavra está longe de ter um significado que satisfaça a todos. Como a proposta desta obra é se contrapor ao Realismo, pensar e entender a política internacional de uma forma diferente, imagina-se um sistema em que a estrutura não se define apenas através dos conceitos tradicionais, como por exemplo a distribuição de capacidades abordada acima, como também seja levado em consideração o

---

<sup>35</sup>KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Afterword, Longman, 2000.p. 20

<sup>36</sup>SNYDER, Jack. *One World, Rival Theories*. Foreign Policy, 145, 2004.

<sup>37</sup>KEOHANE; NYE op cit. p.10

processo de barganha, ainda que um Estado seja superior a outro, em relação a suas capacidades militares.<sup>38</sup> Aqui então, poder é avaliado como forma de influência sobre os resultados de uma negociação, a capacidade de um ator fazer com que os outros façam algo que jamais fariam, como mudar o comportamento e as atitudes de um Estado. O que os autores pretendem até aqui então é mostrar que os recursos de poder são diversos, incluindo a participação da opinião pública, aliados políticos, meios econômicos e organizações internacionais, lembrando que todos estes atores influenciam na capacidade de poder e processo de barganha.<sup>39</sup>

A proposta da teoria liberal seria atribuir normas e regimes que regulamentassem as relações e atividades internacionais. Acreditam que assim, a confiança entre os Estados aumentaria e facilitaria a negociação. Uma vez acordados, cada país possuiria sua autonomia, e poder seria apenas uma qualificação de êxito nas negociações. Os regimes são sensíveis e mutáveis, podendo se adaptar a qualquer tipo de negociação.<sup>40</sup> Foram propostos alguns modelos que estruturavam os regimes e suas mudanças, porém acreditaram ser muito limitados e desenvolveram então o modelo das organizações internacionais. Este modelo se distanciou ainda mais da premissa realista, de modo que este seria o modelo da distribuição de capacidades entre os Estados maiores com a política mundial, e o poder nas mãos do Estado é uma realidade cada vez mais distante. O termo “organização internacional” se refere as relações governamentais, não só entre governos, mas trans e intergovernamentais, normas e as instituições.<sup>41</sup> Nesta nova estrutura, o processo político é fundamental para se entender a dinâmica da política mundial, e não só os regimes possuem sua relevância, como as organizações internacionais passam a ser cada vez mais reconhecidas.

*International organization in the broad sense of networks, norms, and institutions includes the norms associated with specific international regimes, but it is a broader category than regime, because it also includes patterns of elite networks and (if relevant) formal institutions.*<sup>42</sup>

Acreditam que as organizações internacionais seriam um instrumento fundamental para a cooperação, e um forte motivo para alcançá-la, seria por meio do interesse comum entre os Estados. Em 1995, Keohane e Lisa Martin escreveram a obra *The Promise of*

---

<sup>38</sup> Ibidem. p.10-11

<sup>39</sup> KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Afterword, Longman, 2000. p.11

<sup>40</sup> Ibidem. p. 21

<sup>41</sup> Ibidem. p. 54

<sup>42</sup> Ibidem. p. 55

*Institutionalist Theory*, que seria uma resposta à crítica de Mearsheimer, em relação à crença nas instituições. De fato, acreditar que as instituições possuem poder suficiente em relação aos Estados e aplicar esta teoria na prática será possível perceber que existe uma falha na teoria liberal. Utilizando os Estados Unidos, mais uma vez, como fonte de exemplo de um Estado hegemônico e como prova da personificação desta falha, Snyder, ainda em seu texto *One World, Rival Theories*, prossegue seu exemplo lembrando que o governo americano, na época governado pelo presidente Bush, em resposta ao atentado terrorista, não recorreu às medidas organizacionais, muito pelo contrário, passou por cima das normas da Organização das Nações Unidas (ONU), e invadiu o Iraque. E reitera dizendo: “*recent events demonstrate that international institutions cannot constrain a hegemonic power if its preferences change*”.<sup>43</sup>

As capacidades dos Estados são consideradas uma forma de poder, dando origem à teoria da estabilidade hegemônica, criticada por Keohane, em 1980. Esta estabilidade seria a ordem no mundo político, criada por um Estado dominante. E a partir do momento em que regimes são criados para delimitação desta ordem, normalmente dependerão desta hegemonia. A cooperação trata-se senão de um ajuste mútuo entre as políticas dos Estados, variando em relação às decisões do hegemônico<sup>44</sup>. As instituições facilitam na cooperação, que por sua vez não podem se basear apenas nas relações de interesse e poder. Com as instituições o hegemônico pode inclusive perder sua força, e existir o que o autor chama de “cooperação pós-hegemônica”. A teoria da estabilidade hegemônica concorda com a teoria neorrealista, quando relaciona sua força com as capacidades materiais dos Estados como o mercado, controle de capital, vantagens competitivas e alta produção de bens. Desenvolver as capacidades significa maior poder de competição no mercado, por consequência, maior visibilidade, inclusive com países adversários. Não há como contestar que para que um Estado alcance o patamar de hegemônico deve manter o controle político econômico, matérias-primas, possuir um mercado amplo para importação e exportação e possuir reserva de capital. O que a teoria prega é que quanto mais um Estado possui maior notoriedade no cenário político-econômico, mais cooperação haverá entre os demais Estados<sup>45</sup>. Neste segmento, acredita-se que os novos regimes estão enfraquecendo o domínio norte-americano, não significando que tenham perdido seu poder de influência. Esta teoria, portanto, não é definitiva, visto que há possibilidade de ascensão ou até mesmo de declínio dos Estados. O fato de existir um país com vantajosas capacidades em relação aos demais não significa que

---

<sup>43</sup>SNYDER, Jack. *One World, Rival Theories*. Foreign Policy, 145, 2004

<sup>44</sup>KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. 2. New Jersey, Princeton university, 1984. p.31

<sup>45</sup>Ibidem. p.31-34

este possa manter uma estabilidade econômica e uma ordem no sistema, acreditando que por estar em certo grau de superioridade, a cooperação se realizará com total êxito. A cooperação com a falta de um hegemôn também é possível, com o auxílio dos regimes internacionais<sup>46</sup>. Assim como a hegemonia, também não deve ser uma condição necessária para o surgimento da cooperação no sistema<sup>47</sup>. A crença neste pensamento se dá pelo fato de as potências investirem cada vez mais em instituições como forma de controle das regras e do comportamento dos demais países<sup>48</sup>. Há de se levar em consideração não somente a visão dos países hegemônicos, que já conseguiram alcançar seus padrões de desenvolvimento como também os “estados secundários”. Analisar Estados desenvolvidos e suas políticas dominantes como criação e imposição de regras do sistema ofusca o desenvolvimento daqueles que ainda buscam por ele, e compreende-se por que suas práticas de liderança divergem dos países dominantes<sup>49</sup>.

Keohane acredita que os Estados Unidos possuíam mais capacidades materiais que o caracterizavam como hegemônico do que nos dias atuais. Este argumento é utilizado para reafirmar que a cooperação ocorre ainda que não haja um hegemôn, e esta cooperação se faz possível através dos regimes internacionais, que entre suas demais funções de reger e controlar acordos previamente estabelecidos facilita as relações em um ambiente multilateral, tornando a cooperação possível. A cooperação ocorre quando os atores percebem que há funcionalidade nas instituições. Esta funcionalidade se dá pelo fato de o poder não estar concentrado nas mãos de países específicos. Os Estados enxergam uma possibilidade de se tornarem mais presentes no cenário internacional, e de alguma forma, influenciar nas questões políticas, colaborando na formulação de regras, estabelecendo seus princípios e condições, que por sua vez tornar-se-iam regimes, provindos do compartilhamento de interesses. Uma vez estabelecidos, a presença de um hegemôn se torna desnecessária, visto que os interesses são comuns e bastariam apenas modificações nos regimes existentes ao invés da criação de novos, que exigiriam maiores condições para tal<sup>50</sup>.

Não se pretende então desqualificar o caráter e a presença das instituições no cenário internacional. São atores relevantes, que funcionam como mediadores, agindo de acordo com o interesse dos Estados. A cooperação não se dá de forma harmônica, onde as políticas se

---

<sup>46</sup> Ibidem. p. 50

<sup>47</sup> Ibidem. p. 38

<sup>48</sup> KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. 2. New Jersey: Princeton university, 1984. p.46

<sup>49</sup> Ibidem. p.39

<sup>50</sup> Ibidem. p. 49-62

ajustam conforme ocorrem as situações. Para que seja possível, os Estados devem adaptar seu comportamento e se abster de algumas preferências. Para países que já se encontram em patamares de poder e capacidades materiais acima dos demais, é possível que a cooperação e a presença do mecanismo institucional não seja bem quista, visto que sua tomada de decisões deve levar em consideração de que maneira afetará os demais membros da instituição. Já para os países em desenvolvimento, a cooperação por meio das instituições e regulamentações pode ser vista como uma oportunidade para influenciar nas questões do globo.

Embora projetada como um ideal neoliberal, as instituições e, como consequência, a cooperação, incorpora s Realistas quando discorre sobre o papel e interesse dos Estados na formulação das regras. Os Estados passam a cooperar, pois o sistema está cada vez mais interligado e esta seria uma forma de ainda conseguir influenciar e disseminar seus interesses, embora acredite-se que o sistema está cada vez menos hierárquico. A cooperação é possível e a tendência é que ocorra cada vez mais. Para cada questão que os Estados discordarem, será como um estímulo para o ajuste de novas políticas, até que se chegue a um consenso.

## 2 O processo de governança no espaço cibernético

O espaço cibernético permite que as fronteiras entre os Estados desapareçam, desafiando aspectos de ordem e a autoridade, se fazendo urgentes as questões relacionadas com estas perspectivas, visto que neste espaço, trata-se de uma política mundial, sugerindo uma governança mundial. A possibilidade de controlar o que se passa, e, inclusive, controlar o futuro, estimula os líderes que já se encontram no poder a alcançar este controle. Surge a dúvida de como seria possível governar algo, cujo sistema é considerado anárquico, sem a presença de uma autoridade. Faz parte da vivência humana ser controlada por alguém que represente superioridade e orientação, como é o caso do governo. A questão é que “governança não é o mesmo que governo”.<sup>51</sup> O governo é sustentado por uma autoridade formal, que garante a implementação de políticas, enquanto governança é a atividade de governar em si, apoiada em objetivos comuns, sem a necessidade de aceitação de suas políticas. Em um sentido mais amplo, a governança é mais abrangente do que o governo, envolvendo suas competências para com instituições governamentais e não governamentais, determinando suas condutas em sua área de atuação, satisfazendo suas necessidades.

Por sua vez, tornou-se um ambiente altamente contestado, pelo fato de a formulação de políticas ser tão difícil e conflituosa, por sua formação institucional confusa, onde não se sabe ao certo quem decide e até onde limitam-se as questões do Estado e quais seriam as práticas de governo mais apropriadas. A sociedade se torna cada dia mais dependente de informação, se tornando responsável pelo modo como os indivíduos interagem entre si, pessoalmente e profissionalmente, estendendo esta prática inclusive para a relação entre os Estados. Criado para facilitar um termo específico para as comunicações unificadas, e a integração das telecomunicações como linhas telefônicas, redes sem fio, softwares, a Information and Communications Technology (ICT) permite o manuseio dos usuários para acessar e transmitir informações. Envolvendo atores internacionais como os Estados, as instituições governamentais, fomentando o desenvolvimento de redes, alimentando as hierarquias existentes, em vias de alcançar uma cooperação a nível internacional, procurando redefinir os papéis desempenhados pelos autores existentes, as relações sofreram um impacto negativo. O espaço cibernético se tornou um novo mecanismo para o domínio de poder,

---

<sup>51</sup>ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial; tradução de Sérgio Bath. Universidade de Brasília. São Paulo, 2000. p. 15

sustentado pelo monopólio dos governos, e a segurança voltou a fazer parte das preocupações da agenda internacional.<sup>52</sup>

O filósofo Michel Foucault desenvolveu o termo “governamentalidade”, utilizado para explicar a mentalidade política adotada de acordo com os acontecimentos históricos, e desde os anos 90, se tornou um campo de pesquisa a parte, abrangendo literaturas interdisciplinares. O termo recebeu muitas interpretações, assim como sua abrangência em ser aplicado para explicar as diversas relações de poder, como na sociedade, na família, se estendendo para as relações entre os Estados. Governo seria a forma de conduta, para si e para os demais, individualizando e totalizando, ao mesmo tempo<sup>53</sup>. O desenvolvimento dos meios de comunicação se deu através de forte controle dos governos, seja diretamente sob propriedade estatal, ou indiretamente, estabelecido por meio de normas e regulamentos impostos pelo Estado em nome do interesse público. Durante a Corrida Armamentista, a Internet foi um projeto do governo dos EUA desenvolvido em 1970 para reparar os problemas surgidos com a interrupção da infraestrutura das telecomunicações. Os anos 90 foi marcado pelo “boom” da Internet, com a rápida expansão da World Wide Web (WWW) e pela rápida integração do comércio e da política nas plataformas eletrônicas, se tornando acessíveis a um grande número de pessoas por todo o mundo, porém, apresentando níveis desiguais de desenvolvimento em certos países<sup>54</sup>.

Sobre o controle da Internet, o poder do Estado aumentou na era digital, devido a suas estratégias de delegação, a fim de atingir seus próprios interesses. Ainda que mecanismos de regulamentação sejam criados, os governos substituíram sempre as estruturas dentro do regime, formulando novos instrumentos, na medida em que não supriam mais seus interesses<sup>55</sup>. A tensão neste meio é frequente, pois, ainda que Estados ajustem seus mecanismos para não perderem totalmente sua autonomia, devem se adaptar a eventuais técnicas de controle. Esta autonomia deve ser utilizada para controlar suas populações, que, a nível global, de acordo com o andamento de optar pela criação de instituições, as populações estarão submetidas ao controle de organizações internacionais. A regulamentação dos Estados ocorre de acordo com o direcionamento de suas populações. O fato de a governamentalidade

---

<sup>52</sup>RADU, Roxana. *Power technology and powerful technologies: global governmentality and security in the cyberspace*. In: KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p.3-4

<sup>53</sup> Ibidem. p. 5-7

<sup>54</sup> Ibidem. p. 6-7

<sup>55</sup> DREZNER, Daniel. *All politics is global: Explaining international regulatory regimes*. Princeton University Press, 2007. apud RADU, Roxana. p.4

não obter sucesso na regulação de suas populações na maioria das vezes, não significa que esta não seja possível na regulamentação de Estados.<sup>56</sup>

## 2.1 Mecanismos de governança

Desde os anos 90, esforços para a criação de um regime e coordenação internacional para a governança da Internet vêm sendo construídos, com intuito de se tornar a única autoridade capaz de controlar os endereços da rede e domínio dos usuários do mundo inteiro. Assim como a governança, os regimes são estabelecidos para regulamentar as expectativas dos autores e suas atividades, não se limitando a assuntos que ultrapassam as fronteiras dos Estados. Aos regimes, competem questões passíveis de cooperação, envolvendo atores governamentais e não governamentais. Os regimes são ministrados pelas instituições, que, por sua vez, seguem de acordo com as perspectivas dos Estados.<sup>57</sup> Levando em consideração o avanço tecnológico mundial, e a conexão transnacional através das redes, o mundo necessitava de mudanças, para que a ordem acompanhasse este desenvolvimento. As instituições foram a resposta para esta mudança<sup>58</sup>. Ao longo de 10 anos trabalhando na criação dos regimes, surgiram algumas entidades como a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), a International Telecommunication Union (ITU), a World Intellectual Property Organization (WIPO), e a World Summit on the Information Society (WSIS). Apesar dos esforços de criar um regime, conseguiram-se apenas acordos coletivos, pois, embora a ICANN conseguisse guiar a coordenação técnica, não seria suficiente para ser reconhecida formalmente pela WSIS, que seria o comitê responsável pela sociedade da informação da ONU<sup>59</sup>. A explicação para esta falha da implementação dos regimes estaria desde o momento de sua criação e, como consequência, até sua execução. Ao invés de buscar acordos e normas para moldar uma possível cooperação para a governança da Internet,

---

<sup>56</sup>RADU, Roxana. *Power technology and powerful technologies: global governmentality and security in the cyberspace*. In: KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 8-9

<sup>57</sup>ROSENAU, James. *Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial*; tradução de Sérgio Bath. Universidade de Brasília. São Paulo, 2000. p. 21-22

<sup>58</sup> Até o ano de 2010, havia pelo menos 19 instituições internacionais e regionais envolvidas na questão da governança e segurança do espaço cibernético. KREMER op cit. p. 4

<sup>59</sup>MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Academic research library, 2007. p. 237

resolveram criar novos mecanismos como regras e procedimentos, causando desacordos entre os atores<sup>60</sup>.

Nesta seção, pretende-se analisar a história da criação da ICANN e WSIS, suas relações com a criação de regimes e influências na questão da governança. A ICANN, instituição não governamental criada sem fins lucrativos em 1998, na Califórnia. Sua criação foi solicitada pelo Departamento de comércio dos Estados Unidos durante uma licitação ocorrida entre 1997-1998, assumindo a coordenação central do domínio de nome de usuários da Internet e endereços, antigamente realizadas por dois fornecedores do governo norte americano. Criada para atuar em nome do setor privado, com vias de organizar interesses de governança, acabou adquirindo funções governamentais por meio da abertura de um comitê consultivo, Governmental Advisory Committee (GAC), mantendo principalmente relações contratuais para com o governo dos Estados Unidos, que por meio destes acordos, estabelece controle unilateral da ICANN<sup>61</sup>. Seu único arranjo de governança foi criado por duas razões. A primeira foi para alcançar uma regulação mundial do Sistema de Domínio dos Nomes (DNS), que no governo de Clinton, juntamente com empresas como IBM e AOL, previam que pudesse haver alguma intervenção, por meio de denúncias, questionando as regras generalizadas para o comércio eletrônico, e com elas impor novas regras limitadas de acordo com cada território, que conflitariam com a perspectiva econômica liberal dos EUA<sup>62</sup>. Pretendia-se então que este contrato se tornasse um modelo legal, sob as normas do direito ao invés de uma simples regulação que viria “de cima”, ou seja, estabelecida de forma hierárquica. Deste modo, em 1997, o governo dos EUA propôs que seria possível criar um regime com base em um contrato que tratasse do uso e domínio de nomes e marcas registradas de todo o mundo, sem necessidade de haver um conflito. A política americana estava sendo guiada não apenas para obter uma avaliação positiva global em relação a seus contratos, mas também, desejava evitar a existência de uma instituição internacional a fim de exercer a mesma política, tendo seu poder fragmentado.

Antes da criação da ICANN, a ITU, agência da ONU responsável por questões que envolvem informação, tecnologia e comunicação, juntamente com a Internet Society e a WIPO, um fórum global responsável pelos serviços de propriedade intelectual política, informação e cooperação, tentaram criar seu próprio regime de administração de domínio de nomes, quando o governo dos EUA, que controlava a coordenação central do sistema, através

---

<sup>60</sup> MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Academic research library, 2007. p. 237-238

<sup>61</sup> Ibidem. p. 238

<sup>62</sup> Ibidem. p. 238-239

da Network Solutions, recusou-se a continuar. Durante o período de formação da ICANN, os governos europeus se sentiram ameaçados por acreditarem que seriam excluídos deste novo regime e pressionaram a inclusão de governos e organizações internacionais. Esta pressão resultou na inclusão da GAC, que funcionaria como um fórum prestando consultorias, sem influenciar diretamente nas questões políticas. Outra consequência desta pressão foi permitir que a WIPO desenvolvesse regras para administrar o domínio de nomes e a disputa de marcas registradas, excluindo a funcionalidade da ITU, que ainda assim, poderia influenciar por meio da formação de elementos consultivos fornecidos através do GAC<sup>63</sup>.

Durante o período de atuação da ICANN, os Estados Unidos conseguiram estabelecer um regime dominado por eles mesmos e por atores não estatais. O governo privatizou e internacionalizou uma das principais ferramentas de formulação de política, ainda assim mantendo certa autoridade, atuando como contratante da ICANN e declarando o governo dos Estados Unidos autoridade política do sistema de domínio de nomes, considerando o direito de revisar e aprovar qualquer possível mudança dos arquivos da rede. Dentro de dois anos, a ICANN viria a se tornar totalmente privada e independente. Embora tempos depois, os EUA retomaram sua posição, mantendo sua autoridade unilateral sobre o sistema de domínio de nomes<sup>64</sup>.

A questão da legitimidade da ICANN passou a ser questionada por governos de países como África do Sul, Brasil, bem como países desenvolvidos, inclusive pela ITU, salientando sua insatisfação em relação à governança da Internet concentrada nas mãos do governo dos EUA tomando decisões a nível global. No Brasil, contestou-se que o atual modelo de coordenação da ICANN não tem sido capaz de preservar os interesses nacionais, além de antes mesmo de o padrão do Sistema de Domínio de Nomes da ICANN ser estabelecido, o Brasil, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) colocavam em operação as primeiras redes brasileiras baseadas no protocolo IP, em 1989. No caso da África, seu território ainda não se encontra totalmente padronizado, de acordo com a versão atual do sistema da ICANN. As versões encontram-se desatualizadas por motivos de não conseguirem acompanhar o processo da mesma forma que os países desenvolvidos.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup>MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Academic research library, 2007. p. 239

<sup>64</sup>Ibidem. p. 240

<sup>65</sup>FREITAS, Andrey; FREITAS, Igor. *Os novos mercados de nomes e números da Internet: Reestruturação do sistema de governança brasileiro*. Núcleo de estudos e pesquisas da consultoria legislativa. Senado Federal. Set 2013. Disponível em: [http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-](http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para)

Neste momento, houve um choque de concepções em relação à estrutura do atual modelo de informação global. Em 2003, a WSIS iniciou seu primeiro plano de ação que decidiria o futuro da governança da Internet, consistindo na criação do Working Group on Internet Governance (WGIG), composto por representantes de empresas, governantes e a sociedade civil. Em 2005, a WGIG, em seu relatório final, procurou definir a Internet de acordo com as definições de regime. O relatório não possuía muitos detalhes sobre como se dariam estes métodos e procedimentos. Estava aberto a quem interessasse, envolvendo principalmente países em desenvolvimento. De acordo com os fundamentos do relatório sobre trâmites e responsabilidades, tudo indicava que, guiados por um consenso, os governos deveriam tratar das questões de políticas públicas e se abster da gestão técnica da Internet, competentes então ao setor privado e à sociedade civil. O que se considera uma grande falha conceitual, visto que as questões técnicas, operacionais e políticas estão interligadas, na maioria das vezes. Este relatório apenas comprovou que nada sabia sobre a governança da Internet, ao propor a separação de competências dos governos e do setor privado. A segunda cúpula da WSIS ocorreu em novembro de 2005, na Tunísia, produzida pela Tunis Agenda for the Information Society, onde os participantes votariam se seriam à favor ou contra mudanças políticas na ICANN, especificamente no aspecto dos regimes visando mudanças de longo prazo, reiterando que todos os países possuem os mesmos direitos e responsabilidades para o DNS e para a supervisão da política da Internet. A questão é que, de acordo com Roxana Radu, estas propostas são falhas para desenvolver estes princípios. A única mudança plausível, seria a implementação de uma múltipla governança, mas esta também seria apenas mais uma maneira de continuar a discussão da Internet, capacitando então as instituições, por meio do poder dos Estados, reformulando a agenda e suas responsabilidades<sup>66</sup>. Durante os seguintes quatro anos, o debate surtiu poucas mudanças para a ICANN. Suas contribuições para a definição de um novo quadro para a governança foram mínimas e o problema sobre a legitimidade persistiu<sup>67</sup>. Tais esforços sem êxito são explicados baseando-se na política de interesses, em que os interesses dos EUA serviram para a preservação da ICANN, sobre os quais mantiveram controle unilateral.

---

discussao/td-139-os-novos-mercados-de-nomes-e-numeros-da-internet-2013-reestruturacao-do-sistema-de-governanca-brasileiro. Acesso em: 12 dez 2014.

<sup>66</sup>RADU, Roxana. *Power technology and powerful technologies: global governmentality and security in the cyberspace*. In: KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 4

<sup>67</sup>MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Global governance, Academic research library, 13, Jun. 2007. p. 240-242

A teoria dos regimes explica que eles se dão através de princípios, normas, regras e tomadas de decisão, estabelecidas de acordo com as expectativas dos atores<sup>68</sup>, sustentando que as instituições internacionais são elementos hierárquicos, onde os países com maior poder de influência definem quais serão as regras, a partir de seus princípios. Isto explicaria o porquê de as tentativas de reformular a política da ICANN não foram adiante, pois estes passos são fundamentais para que atores possam chegar a um consenso, sem que sintam que estão perdendo legitimidade ou que sua soberania está sendo infringida. A partir do momento em que o ciberespaço incitou uma disputa por seu controle, entende-se que passou a ser visto como um território necessitando um comando. Se pensado assim, a sede física da ICANN localiza-se em solo americano, o idioma adotado é o Inglês e grande parte de seu financiamento é dado pelo governo dos EUA. Não é de se estranhar o interesse do governo norte americano nas questões do ciberespaço e seu controle<sup>69</sup>.

As propostas da WSIS sobre a governança da Internet foram confusas pelo fato de não seguirem as etapas para alcançar um regime e focaram diretamente na formulação de novas políticas e implementação de organizações, sem que antes houvesse um acordo em que tratasse das possíveis normas que fariam parte do regime. O resultado foi um progresso limitado entre os participantes, pois havia objeções entre eles sobre as práticas determinadas<sup>70</sup>.

Para que a seção tenha uma compreensão mais clara, analisar a tabela 1 com a ordem cronológica dos mecanismos mais importantes desenvolvidos para estruturar a Internet. Será acrescentada a Advanced Research Projects Agency (ARPANET), instituição que terá sua função explicada no próximo capítulo, mas a título de clareza, a ARPANET foi a primeira ideia de uma formação de uma rede de computadores para que informações fossem trocadas. O projeto inicial foi criado em 1930, pelo belga Paul Otlet, e em 1960, J.C.R. Licklider, um cientista da comunicação aprimorou as ideias originais do projeto, tornando-o diretor do Departamento de Defesa dos EUA, criando então o órgão do governo responsável pela

---

<sup>68</sup>KRASNER, Steven. *Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables*. Ithaca, Cornell University Press, 1983. p. 19

<sup>69</sup>MANJIKIAN, Mary. *From global village to virtual battlespace: the colonizing of the internet and the extension of realpolitik*. International studies quarterly, Robertson school of government regent University, 2010. p. 382

<sup>70</sup>MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Global governance, Academic research library, 13, Jun. 2007. p. 242-243

criação de uma rede de partilhamento de computadores, a então ARPANET, precursora da atual Internet<sup>71</sup>.

Tabela 1 – Principais mecanismos desenvolvidos para estruturar a Internet.

Ano	Acontecimentos
1960	<b>ARPANET</b> , criada pelo Dept. de Defesa dos EUA passa a ter autoridade sobre a rede e o Networking Group assumi a responsabilidade das especificações técnicas.
1972	Primeira demonstração pública da <b>ARPANET</b> . Enviada a primeira mensagem de e-mail.
Ao longo da década de 90	International Telecommunication Union ( <b>ITU</b> ), criada juntamente com outras organizações fundadas no mesmo período como World Summit on the Information Society, para controle das ferramentas de telecomunicação.
1997/98	Criada a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers ( <b>ICANN</b> ) também desenvolvida pelo Dept. de Defesa dos EUA para ter controle sobre o Domínio de Nomes e Usuários (DNS).
1998	Foi criado o Governmental Advisory Committee ( <b>GAC</b> ) que funcionaria como comitê consultivo para assuntos governamentais, uma vez que, por meio da ITU, os demais países demonstraram insatisfação com relação ao domínio da ICANN, por se tratar de uma empresa norte-americana privada, que tratava de questões internacionais.

## 2.2 Redes, métodos e teorias

Alguns pensadores das Relações Internacionais (RI) e até mesmo leigos defendem que o espaço cibernético deve ser uma rede não hierárquica, onde Estados tradicionais que detenham o poder não tenham tanta força para dominar a rede. Para as RI, este é considerado um dos principais tópicos da atualidade. A questão da segurança, ou “cyber security” da rede, é um assunto que aumenta cada vez mais. Nesta seção pretende-se entender o que seria de fato a rede, e como as questões de governança são definidas. A segurança nacional tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento enfatiza o fato da necessidade de mudanças na política da Internet e sua governança, para solucionar o constante problema dos crimes cibernéticos, espionagem, e, inclusive, sua estrutura<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Quem inventou a Internet? *Ciência online*. Disponível em: <http://www.ciencia-online.net/2014/01/quem-inventou-internet.html>. Acesso em: 12 dez 2014.

<sup>72</sup>MUELLER, Milton; SCHMIDT, Andreas; KUERBIS, Brenden. *Internet security and networked governance in international relations*. International studies association. Toronto:International studies review, 2013. p.86

Para que entenda o que caracteriza e o que a qualifica a rede, não basta apenas saber seu conceito. Sua composição é algo muito mais amplo, que necessita a compreensão do que seriam governança, seus métodos com adição de seu conceito. Deve-se pensar em rede não apenas em seu sentido literário, como também uma organização da governança. A partir do momento em que se entende que governança e Internet são assuntos interligados, e que Estados consideram a hierarquia, em questões de segurança, um fator relevante, pode-se concluir que os temas são compatíveis e o debate do poder em questão. Prover segurança e controle qualifica os Estados como possíveis dominantes, e conseqüentemente, subordinam aqueles que não possuem poder de decisão<sup>73</sup>. Governar por meio de redes surgiu em meados dos anos de 1990, como uma teoria econômica de organização, conhecida como a Teoria da Firma<sup>74</sup>. Hierarquia era definida como uma organização, de modo a dividir tarefas e obrigações de uma empresa ou setor, impostas por elementos que qualificassem o superior como um gerente, a representação de uma autoridade que tomasse decisões. A teoria foi criada para explicar as relações do mercado, porém, também cabível para explicar questões sociais, que, ocorrem de forma organizada, cautelosa e interdependente. Não obstante, esta forma também se estende aos atores internacionais, que devem procurar manter boas relações, visando à reciprocidade, quando se fizer necessário<sup>75</sup>.

Após o período de adaptação da teoria, seus fundamentos já estavam enraizados, e a visão de rede não era mais uma possível forma de enxergar as relações do mercado, e sim, um procedimento padrão dos modos de organização econômica. Desta forma, vínculos eram criados estabelecendo condições que dando origem a uma estrutura de transações. Apesar de estruturadas, as redes não são permanentes, ao passo que cada ator possui sua forma de interagir, que podem estas se tornar ultrapassadas, caso aspirações futuras forem desejadas. Caracterizam-se então como formas de governança, pois cada um impõe sua forma de negociar ou está disposto a abrir mão dela, e neste momento entra a questão da hierarquia e o domínio das atividades. Aquele que possuir maiores formas e maior estrutura para deter o poder, possivelmente tomará conta da situação. Hierarquia, rede e mercado, não são categorias que se analisam de forma isolada<sup>76</sup>. De acordo com Mueller, muitos cientistas políticos acreditam que a rede se limita a quadros institucionais nacionais, mas a ideia de uma

---

<sup>73</sup>MUELLER, Milton; SCHMIDT, Andreas; KUERBIS, Brenden. *Internet security and networked governance in international relations*. International studies association. Toronto:International studies review, 2013. p. 86-87

<sup>74</sup>OLIVER, Williamson. *The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting*. New York, Free Press, 1985. In: MUELLER op cit. p. 87

<sup>75</sup> MUELLER op cit. p. 88-89

<sup>76</sup> Ibidem. p. 89

governança explica e é de grande utilidade para compreender ações transnacionais. Uma rede fragmentada limitaria o poder de negociação dos atores e assim perderia sua forma organizacional<sup>77</sup>, além da desconstrução de poder conquistada. Cada ator, dentro de um segmento, possui suas relações, e acreditar que as redes se dão de forma igualitária é uma forma ingênua de se enxergar estas formas de organização. Elas representam a forma como os atores e estruturam suas formas de poder.

A questão da rede torna-se confusa em sua significação pelo fato de buscar associar a palavra a seu real sentido empírico e comparar a rede de relações sociais com a rede dos Estados e suas relações quando o assunto é organização da governança da rede, no âmbito transnacional<sup>78</sup>.

### 2.3 Hierarquias em rede

As mudanças na ordem internacional provocaram incertezas e um desequilíbrio na estabilidade mundial. A formação das redes representa a transformação desta ordem, visto que não há uma forma definitiva para seu controle, a não ser aquelas que se dão por meio dos Estados, cuja busca pelo poder é representada por suas ferramentas criadas para se manter o mais próximo deste controle possível<sup>79</sup>. Pesquisas revelam a existência da governança através das instituições desenvolvidas para manter este controle, onde seus problemas concentram-se principalmente na distribuição de recursos e ataques que necessitam de um acompanhamento em rede. O assunto tornou-se tão relevante, a ponto de as discussões ao longo dos anos não se limitarem apenas a fóruns, como passaram a ser tratadas em reuniões e conferências, envolvendo os países do G8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos)<sup>80</sup>. Ainda que o controle dos recursos técnicos seja distribuído entre os Estados, eles não podem simplesmente aplicar suas demandas e exigências de

---

<sup>77</sup> Ibidem. p. 89-90

<sup>78</sup> MUELLER, Milton; SCHMIDT, Andreas; KUERBIS, Brenden. *Internet security and networked governance in international relations*. International studies association. Toronto: International studies review, 2013. p.90-91

<sup>79</sup> ROSENAU, James. *Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial*; tradução de Sérgio Bath. Universidade de Brasília. São Paulo, 2000. p. 22-35

<sup>80</sup> Membros G8. Disponível em: <<http://www.g8.co.uk/members-of-the-g8/>>. Acesso em 19 de out. 2014

segurança na rede. Tudo deve passar por um processo, e, neste ponto, entra a questão da hierarquia<sup>81</sup>.

Com base na construção de um sistema anárquico internacional, o equilíbrio de poder ainda seria o modelo mais eficaz para garantir segurança, ainda que de forma precária, pois os Estados são incentivados ao máximo a cada vez mais maximizar seu poder de influência e condicionados a se comportar de maneira agressiva, se quiserem aumentar a insegurança dos Estados na arena internacional. A estabilidade é assegurada pelo equilíbrio entre as principais potências. Em um sistema em que atores estatais e não estatais são guiados por meio de normas, instituições e regimes, o princípio da anarquia desafia as capacidades de defesa dos Estados, de modo que aquele que melhor desenvolve suas capacidades, domina a então estabilidade do sistema, onde a chance de algum Estado rejeitá-lo será mínima, por medo de uma retaliação. O equilíbrio dado através de um Estado hegemônico, cujo poder é insuperável permite que aqueles que o apóiam, seja protegido por este hegemôn. Já aqueles que se opuserem, podem encontrar uma reação hostil por parte deste Estado. O custo de apoiar a estabilidade hegemônica é superar as deficiências da ordem. “Benevolent hegemon” expressão atribuída aos EUA após seu conflito com os soviéticos. Recebe este nome, pois garantiu a segurança e a prosperidade global em nome do bem público<sup>82</sup>. O Estado hegemônico cria uma espécie de “hierarquia entre comunidades políticas”<sup>83</sup>.

Por outro lado, em contraste com o modelo de potência, em termos organizacionais, existe o modelo de segurança coletiva, onde as ameaças referentes aos Estados emergentes são suavizadas na forma da criação de mecanismos, a fim de manter a paz no sistema, como por exemplo, as instituições regionais ou globais. A ONU seria o órgão máximo responsável pela sustentação destes mecanismos. A segurança coletiva foi pensada a níveis de uma segurança mundial, a fim de superar o poder coercitivo da governança e, de certa forma, uma proteção contra possíveis ataques<sup>84</sup>.

Além do modelo de equilíbrio, o sistema de redes foi criado dentro da esfera política em vias de organizar e padronizar o domínio transgovernamental, que se viu necessário para a colaboração e cooperação das partes, tendo em vista a intensidade da comunicação entre as nações, independente de seus níveis de hierarquia. De acordo com Jung, as redes

---

<sup>81</sup> MUELLER, Milton et al. op cit. p. 89

<sup>82</sup> NYE, Joseph. Power and foreign policy. *Journal of Political Power*, 4(1), 9–24. apud KREMER. p. 183

<sup>83</sup> LAKE, D. Hobbesian hierarchy: The political economy of political organization. *Annual Review of Political Science*, 12, 263–283. apud KREMER. p. 183

<sup>84</sup> SCHMIDT, Andreas. *Hierarchies in networks: Emerging hybrids of networks and hierarchies for producing internet security*. In: KREMER, Muller. *Cyberspace and IR*. p. 183

transgovernamentais vêm produzindo resultados benéficos aos Estados, principalmente do ponto de vista da segurança e a forma como é fornecida, sendo que o Estado não é o único a prover segurança, ainda deve-se contar com a atuação de atores não estatais. O intuito da segurança em rede é funcionar como arranjos institucionais desprendidos de estruturas não hierárquicas, visando a troca de informações, a fim de proteger os atores de atividades antiterroristas, ou apenas manter a estrutura a salvo<sup>85</sup>. No entanto, a de governança em rede vai além de uma rede apenas como ferramenta governamental.

Na teoria, acredita-se que o sistema cibernético seja anárquico. Na prática, é provável que nunca tenha sido, apesar de os mecanismos que o regulam, sua funcionalidade vem sendo assegurada por determinada comunidade de técnicos especialistas. Os mecanismos criados para se aproximar cada vez mais desta realidade inclusive envolvimento em ataques cibernéticos, como o caso do Stuxnet<sup>86</sup>, resultado da cooperação entre Israel e EUA desenvolvido em 2010 para sabotar instalações nucleares do Irã e obter acesso a informações armazenadas em redes de computadores dos governos e empresas ao redor do globo e obter controle sobre elas quando desejarem, caracterizam a hegemonia dos EUA e deixa clara a vulnerabilidade dos Estados na era globalizada<sup>87</sup>. Ataques como este podem ser interpretados como hegemonia cibernética, sendo a invasão dos EUA ocorrendo não mais pelo espaço físico, e sim, digital. Estes ataques revelam que o ciberespaço é propício para ocorrência de conflitos interestatais, invasões e derrubada de adversários. Os Estados Unidos possui a capacidade de ataques mais sofisticados, em compensação, está mais suscetível a ataques cibernéticos do que outros países. Por isso é perceptível que a cooperação se faz presente neste espaço, caso contrário, a quantidade de ataques seria ainda maior. Nos dias atuais, instituições como a ONU e a Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE) tem conseguido equilibrar os interesses de segurança, procurando manter a ordem e limitando as ações dos Estados<sup>88</sup>.

A preocupação que ocorre acerca da segurança da Internet se dá justamente pela formação das redes, onde ocorre o compartilhamento de informações, invasão de dados sigilosos, e claro, aumentarem o poder de influência em relação aos demais Estados. Para

---

<sup>85</sup>JUNG. The “networked security” concept—stocktaking and perspectives. *European Security and Defence*, 1, jun 2009. apud KREMER. p. 184

<sup>86</sup> LANGNER, Ralph. *Stuxnet's secret twin*. Foreign policy. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/11/19/stuxnets\\_secret\\_twin\\_iran\\_nukes\\_cyber\\_attack](http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/11/19/stuxnets_secret_twin_iran_nukes_cyber_attack)>. Acesso em 20 de out. 2014

<sup>87</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 162

<sup>88</sup> Ibidem. p. 184-185

causar qualquer tipo de influência em rede, basta fazer parte dela, não significando que será uma competição equilibrada. O uso da rede não deve ser pensado apenas como uma ferramenta negativa, do ponto de vista dos atores que sofrem retaliações, mas também, como uma forma de expandir caminhos a fim de interagir e obter qualquer tipo de vantagem, podendo inclusive, alterar determinado comportamento. Uma ferramenta capaz de analisar o curso da evolução no campo da segurança da Internet e o papel coletivo de segurança sob a perspectiva do poder.

Ainda não há como provar empiricamente sobre a hierarquia da Internet, quem de fato a domina, a percepção é de que os atores tem trabalhado cada vez mais para conquistar um espaço definitivo em sua segurança. No entanto, a rede torna a compreensão da organização da governança cibernética mais clara. O desenvolvimento acerca deste controle destaca a necessidade de compreender melhor a interseção de redes e hierarquias, os efeitos que o poder de uma hierarquia influencia no mercado e na governança em rede<sup>89</sup>.

## **2.4 A liderança dos EUA no ciberespaço**

Com o final da Guerra Fria, o ciberespaço foi criado principalmente para controlar informações, e com isso obtivesse o domínio das situações, havendo também a necessidade de assegurá-las, tornando-se uma questão de segurança, que futuramente se tornaria um ponto de discórdia entre os “ciber atores” e também atores não estatais.<sup>90</sup> Um novo domínio entre Estados com Estados, e Estados com atores não estatais, sugere uma nova dimensão às considerações de segurança nacional e transnacional. Seguindo a análise das seções anteriores, o domínio da Internet, apesar de os EUA mostrarem interesse em possuí-lo por completo, foi fragmentado por meio de instituições criadas com base na insatisfação dos demais atores internacionais. A cooperação neste meio pode se tornar ainda mais promissora ou ainda mais danosa, quando tratam-se de alianças para invadir, por exemplo, os sistemas operacionais dos países. Por este motivo, o controle da segurança da rede é tão importante. Com a possibilidade de possuírem seus sistemas invadidos, os Estados tornam-se cada vez mais vulneráveis, e obter acesso à informações armazenadas em rede dos governos e de empresas ao redor do mundo, daria uma sensação de controle e oportunidade, visto que a globalização impulsionada pelos avanços tecnológicos da informação, aprofunda a interdependência, e limita as ações dos Estados, uma vez que não são únicos.<sup>91</sup> De acordo com Nye<sup>92</sup>, a cooperação entre os Estados é importante para que eles possam compreender os novos tratados que surgirão como consequência das mudanças do controle, da ordem do sistema. Uma mudança lenta, sentida a longo prazo. A questão é

---

<sup>89</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 195-199

<sup>90</sup> Ibidem. p. 168

<sup>91</sup> Ibidem. p. 162

<sup>92</sup> NYE, Joseph. Nuclear lessons for cyber security? *Strategic Studies Quarterly* . 5, 2011. apud KREMER. p. 196

que aguardar a compreensão de todos os países, pode causar danos ainda maiores, pois a evolução tecnológica está cada vez mais rápida e desenvolvida, e aguardar uma cooperação para sua segurança pode ser tarde demais. Pode ser que ocorra de forma mais rápida, se adotada a teoria da estabilidade hegemônica, em que se os EUA obtivesse o domínio cibernético, seria fundamental para alcançar a segurança transnacional, reduzindo assim as ameaças através da construção de normas que seriam por sua vez compartilhadas. Os formuladores de política deveriam adotar uma abordagem estratégica baseada no desenvolvimento da cooperação entre as partes interessadas, complementando com a estratégia de segurança nacional<sup>93</sup>.

O espaço cibernético é um domínio criado artificialmente para o intercâmbio de informações e questões econômicas. Assim como são as relações internacionais, este espaço também é caracterizado por sua condição de anárquico. No entanto, não é desprovido de regras que lhe impõe um limite, como já foi caracterizado em seções anteriores. É formado através da interconexão das redes de computadores, e como resultado, possui menores custos e maiores acessos aos mercados globais, além dos ganhos da comunicação transnacional<sup>94</sup>. Estes ganhos permitem abrir caminhos para explorar a vulnerabilidade dos atores virtuais, com objetivo de controlar as informações, a fim de ganhar vantagens, assim como o domínio de habilidades técnicas.

De acordo com a *deterrence theory*<sup>95</sup>, teoria desenvolvida durante a Guerra Fria que consistia em estratégias militares a respeito do uso de armas nucleares, criada para dissuadir um adversário a tomar uma ação antes que a começasse. Considera também os Estados como principais atores do sistema internacional, tornando-os sua principal unidade de análise. A teoria trata os Estados funcionalmente de forma igualitária, com capacidades e recursos, que entende que com estas condições é possível utilizar uma estratégia da dissuasão, até então viável para os Estados. A aplicabilidade desta teoria é como um guia de política de segurança cibernética dos EUA. Se analisado o discurso norte americano ao longo dos anos, será possível perceber que, de fato, esta teoria faz parte da forma como lidam com a questão da segurança cibernética. “*The appeal of deterrence theory to US cyber security policy is in its ‘logical cohesion and consistency’*”<sup>96</sup>. Coesão lógica e consistência estão presentes na política dos EUA desde o fato de desenvolverem cada vez mais seu poder tecnológico, até invadirem sistemas, “cumprindo” o que, hipoteticamente, teria sido proposto. Lógico por traçar seu objetivos, e coerente por cumprí-los. Os atores no espaço cibernético devem receber a mesma forma de tratamento, como atores racionais, que possuem objetivos e estratégias para

---

<sup>93</sup> KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 162

<sup>94</sup> Ibidem. p. 163

<sup>95</sup> Será tratada como “deterrence theory” visto que não se conhece uma tradução fiel para este termo.

<sup>96</sup> ACHEN, C; SNIDAL, D. Rational deterrence theory and comparative case studies. *World Politics*, 41, 143-169, 1989. apud KREMER. p. 166

conquistá-los. Investir neste espaço seria como conquistar credibilidade, de modo que saibam do seu potencial causando certo temor, respeitando seu potencial. Os EUA se encaixam neste perfil.<sup>97</sup> É possível aproximar a teoria com o discurso norte americano quando ela exclui a finalidade do espaço cibernético como um domínio transnacional. Para eles, o agrupamento da coordenação do sistema conduziria a uma cooperação natural, onde os Estados se ajudariam desenvolvendo suas tecnologias, e a credibilidade, fator crucial para dissuadir os Estados de sua vontade de competição, seria superada.

Ainda sobre o domínio transnacional do espaço cibernético implica compreensão a da Internet no mundo pós-Guerra Fria. A Internet foi desenvolvida inicialmente como um sistema de distribuição de comunicação, programado para operar no caso de um ataque nuclear nos EUA. Seria um sistema de controle através do qual formuladores de política poderiam dirigir as operações de guerra. Assim como houve o fim da Guerra Fria, o poder do governo norte americano também sofreu um declínio, à medida em que teve seu controle fragmentado, embora alguns políticos econômicos acreditam que a questão da segurança se dê pela continuidade da expansão econômica e política, sustentada no exterior. Desde 1994 até os dias atuais, os formuladores de política dos EUA apostam em uma política que direcione a Internet como uma plataforma de expansão de produtos norte americanos e de seus políticos. Para garantir seu livre acesso, foi criado um discurso que consiste no princípio de abertura, afim de protegê-la como um domínio aberto e criar condições institucionais que sejam favoráveis a esta expansão global de informações e intercâmbio econômico consistente com a visão de mundo norte americana<sup>98</sup>. A aproximação provocada pelo alcance da Internet influencia na globalização conectando os Estados, causando o aprofundamento da interdependência econômica, caracterizando esta era do capitalismo global, formada pelos EUA e seus aliados. É evidente o crescimento econômico provocado pela Internet, o que torna sua existência mais vital para as trocas comerciais.

O grande sucesso do comércio eletrônico global está diretamente ligado com a expansão das redes de comunicação que visam o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, e a estratégia consiste na criação de novas classes consumidoras, que por sua vez, teriam um acesso mais fácil. Com a expansão, o efeito será abrangente, de modo que quanto maior número de consumidores, maiores as trocas econômicas e relações sociais, como no caso da Primavera Árabe onde países do Oriente

---

<sup>97</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 166

<sup>98</sup>Ibidem. p. 168-169

Médio e Norte da África utilizam as redes sociais para mobilizar milhares de pessoas para irem às ruas protestar, maior interesse na tecnologia, aprofundando ainda mais a interdependência, diminuindo também a distância entre computadores com Internet privada e pública. “*With this shift in computing, global consumption patterns may change, and with that change in global trade, economic production, employment, and political institutions*”<sup>99</sup>.

A questão da segurança da Internet tratada transnacionalmente, os Estados estabeleceriam uma cooperação para manter o espaço cibernético seguro e compartilhariam suas vulnerabilidades. Essa cooperação poder ser alcançada de acordo com a teoria da Estabilidade Hegemônica, complementando *adeterrence theory*. Apesar de antiga, a teoria da Estabilidade ainda é bastante aplicável no que compete explicar a política norte americana, de acordo com suas formulações visando a liderança, principalmente na questão da segurança global. Este controle fica claro na atual governança dos EUA, Presidente Barack Obama, acreditando que a liderança dos EUA é essencial para a segurança cibernética.

*“It is the fundamental responsibility of our government to address strategic vulnerabilities in cyber space and ensure that the United States and the world realize the full potential of the information technology revolution. The US must signal to the world that it is serious about addressing this challenge with strong leadership and vision”*<sup>100</sup>.

A lógica da teoria da Estabilidade Hegemônica é a de que não há como existir uma economia internacional liberal se não houver um líder utilizando seus recursos e influência para manter esta economia baseada no livre comércio e estabilidade monetária. Seria como uma potência referente para definir condições de conflito e cooperação entre os Estados. A influência da hegemonia pode ser sustentada através da cooperação retratada pela resistência dos EUA em se manter no poder, apesar especialistas da área acreditarem que o país está em declínio. Por outro lado, outros acreditam que a política dos EUA é fundamental para a manutenção da ordem econômica internacional liberal. Autores como Ruggie e Gilpin, tratam da forma de como foi possível o liberalismo se “alojar” na ordem econômica internacional, graças ao poder dos EUA, e o trabalho de alguns economistas que provam que a ordem

---

<sup>99</sup> CASTELLS, M. *Information technology, globalization and social development*. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva, 1999. apud KREMER. p. 169-170

<sup>100</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 170-171

econômica se dá de maneira mais eficiente quando há um poder dominante, definindo regras e normas que regem o sistema internacional<sup>101</sup>.

Para reforçar o que foi dito até aqui, em novembro do ano deste ano, em entrevista ao jornal New York Times, o presidente Barack Obama reforçou sua posição consistente nos princípios de livre acesso e liberdade da Internet. O fim deste princípios mudaria a forma como é utilizada nos dias atuais, limitando os acessos a informações, compras e qualquer outro tipo de atividade que ela proporciona. Juntamente com a Federal Communications Commission (FCC), uma agência independente, dirigida por cinco comissários nomeados pelo presidente dos Estados Unidos responsável por regular as comunicações interestaduais e internacionais por rádio, televisão, cabo e satélite. O governo americano preza pelo livre acesso dos usuários, sem interferência das empresas que poderiam manipular este acesso, caso a Internet passe a ser um domínio privado. Grandes empresas virtuais como Amazon e Netflix poderiam pagar mais para as empresas de banda larga de Internet para que as compras realizadas em seu web site tivessem prioridade de conclusão da compra e de entrega. Não seria algo democrático para o comércio, seria o fim para a proposta de um mercado transnacional sem interferências, e o lucro que o governo norte americano arrecada com estas vendas on line, pelo fato de grande concentração destas empresas se situarem em seu país, seria muito menor.<sup>102</sup>

Kremer cita em sua obra as três linhas de análise sistêmica que guiam o pensamento dos Estados, propostas por Destradi<sup>103</sup>, que consistem nas possíveis formulações políticas, e que é possível analisar, de acordo com a política dos EUA, a que melhor se aproxima. Os Estados almejam se tornar impérios, seus interesses visam a segurança, sem medir esforços para tal, sejam eles por meio da força militar ou pela forma que acharem mais apropriada. Potências procuram dominar e impor seus ideais por meio de táticas hegemônicas, que iriam do esforço e pressão para alcançar seus objetivos, até a promoção das normas e valores do hegemon. A diferença entre liderança e hegemonia é que os resultados são o reflexo do que foi pretendido pelo hegemon. Na estratégia de liderança, os Estados utilizam soft power, para aliciar outros países a se envolverem no mesmo processo, processo pelo qual negociam objetivos comuns. Geralmente ocorre quando os Estados compartilham dos mesmos valores, e

---

<sup>101</sup> KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 172

<sup>102</sup> WYATT, Edward. Obama asks FCC to adopt tough net neutrality rules. *The New York Times*. Nov 2014. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2014/11/11/technology/obama-net-neutrality-fcc.html?emc=edit\\_th\\_20141111&nl=todaysheadlines&nlid=59279368&\\_r=1](http://www.nytimes.com/2014/11/11/technology/obama-net-neutrality-fcc.html?emc=edit_th_20141111&nl=todaysheadlines&nlid=59279368&_r=1)>.

<sup>103</sup> DESTRADE, S. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. *Review of International studies*, 36, 2010, p. 903-930. apud KREMER. p. 172

optam por utilizar a diplomacia para moldar preferências e serem apoiados. Por exemplo, os EUA preferiram optar por uma estratégia de liderança após a II Guerra Mundial, ao invés de uma estratégia de hegemonia ou imperialista, onde cooperou com outros Estados, compartilhando valores e moldando-os para disseminar a ordem econômica internacional liberal, incluindo limites de poder por meio das instituições internacionais e regimes. Nos dias atuais, optam por uma hegemonia coletiva, composta por democracias industrializadas que acompanham o cumprimento de normas e regras institucionalizadas, a fim de manter uma ordem liberal econômica, visando a governança econômica global<sup>104</sup>. Muitas vezes, Estados formam alianças, com o objetivo de criar novas instituições para partilhar o poder, ao invés de recorrer ao poder hegemônico. Os Estados “líderes” irão incitar os demais a partilharem este poder para resolver questões que afetam a ordem econômica liberal internacional. Nye diz que os EUA deveriam assumir esta liderança para garantir o prosseguimento da ordem. “Because of the difficulties of organizing collective action when large numbers are involved”.<sup>105</sup> Uma vez que é difícil chegar a um consenso, quando cada ator possui um ideal, e estes passam a ser partilhados, além do que, os EUA são os maiores consumidores da ordem econômica internacional, e não esconde seu interesse em manter a estabilidade e controle do domínio cibernético, que seria uma extensão da ordem econômica. O interesse não se limita apenas na garantia de proteção às informações cabíveis à segurança política, mas também a segurança do sistema operacional Supervisory Control and Data Acquisition (SCADA), responsável pelo controle remoto dos canais de comunicação, energia, abastecimento de água e sistemas de transporte, todos são aspectos competentes à política de segurança cibernética, além de procurar manter as vias virtuais de comunicação e o comércio abertos<sup>106</sup>.

A ordem econômica está cada dia mais refém e dependente do comércio e da troca de informações eletrônicas com o avanço desenfreado da tecnologia conectando cada vez mais consumidores em todo o globo, e manter o espaço virtual aberto é fundamental para a estabilidade da ordem econômica, pois ao se tratar de um espaço global, a fins de intercâmbios econômicos e informacionais, trata-se de um bem global que necessita de uma liderança para que não se trate de um espaço hostil e não tenham que transformar seu domínio em frações, onde cada país ficaria responsável por seu “espaço”.

---

<sup>104</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 172-173

<sup>105</sup> NYE, Joseph. The American national interest and global public goods. *International Affairs*, 78, 2002. p. 233-244. apud KREMER. p. 239-240

<sup>106</sup>KREMER op cit. p. 173

O sistema internacional passou a ser analisado de uma forma diferente, assim como a formulação política dos Estados, pois teve que se adaptar a globalização das informações e do intercâmbio econômico, influenciando no aspecto da governança global, cujo tema levanta uma série de significados e definições, justamente por ter a necessidade de se tornar um termo aplicável e compreensível por todos os Estados. Governança exige a aplicabilidade de normas e regras, assim como o espaço cibernético, contestado pelas normas que regem a função do Estado diante da economia política global que ocorre por meio da fusão da política transnacional de informações com o intercâmbio econômico. A cooperação passa a ser ainda mais essencial entre os Estados quando trata-se do assunto da governança desse intercâmbio e de sua segurança. As informações trocadas através do espaço cibernético percorrem o espaço geográfico dos Estados, acordadas previamente mediante acordo mútuo, respeitando o princípio de soberania. Em cada Estado, as regulamentações são distintas e devem se desenvolver ao longo do tempo, a fim de regular a troca de informações, o intercâmbio econômico e manter a segurança, de acordo com o fluxo global. Como exemplo de cooperação neste cenário, foi criada uma instituição que regula técnicas que facilitam estas informações, com intuito de facilitar na elaboração e universalização de normas e regulamentações, que seria a ITU<sup>107</sup>.

No âmbito mercantil, a cooperação também torna-se fundamental em vias de alcançar a máxima eficiência do mercado e obter ganhos absolutos, ao contrário dos ganhos relativos, onde a perda de um, significa o ganho do outro. Para isso, mecanismos como o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), um acordo criado para promover o livre comércio de bens e serviços entre os Estados, e em 1994 passou a fazer parte da World Trade Organization (WTO), instituição que atua como mediadora entre disputas comerciais entre Estados membros, gerando normas e regras para reger a troca econômica global. Não obstante, os EUA tem promovido a cooperação internacional não para apenas facilitar as relações entre os Estados, e sim com intuito de alcançar o domínio deste intercâmbio econômico<sup>108</sup>. Quando o assunto é segurança, os Estados procuram cooperar, sendo a criação ONU o principal exemplo de segurança coletiva no mundo, e a nível regional, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Neste segmento, o poder dos EUA exercido pela liderança sobre outros Estados com propósito de promover a segurança transnacional da segurança cibernética, por meio de normas, formando uma estrutura de governança global.

---

<sup>107</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 173-174

<sup>108</sup>Ibidem. p. 175

Assediando as oportunidades para convencer os outros Estados a aceitarem e estabelecerem uma aliança com os EUA para a promoção de normas de segurança do campo cibernético, aumentaria a credibilidade da ameaça em relação a eles. No âmbito transnacional do intercâmbio de informações e econômico, os EUA tem seu poder determinante na questão da segurança, e ao observar as instituições que surgiram na era pós Segunda Guerra, refletem a liderança, por meio das normas criadas para cada área internacional, a fim de promover regulações para ataques cibernéticos, uso de forças e a intenção de punir, em forma de regimes globais. Liderar outros atores no exercício da segurança cibernética inclui estabelecer um regime onde se proíbe a proliferação de armas cibernéticas, limitar a quantidade de ameaças, e utilizar os recursos dos Estados para criar mecanismos que facilitem a identificação dos usuários, solucionando assim o problema da atribuição, criação de um regime que estabeleça normas que rejam o intercâmbio de informações e as sanções aplicadas àqueles que as infringirem<sup>109</sup>.

Desde de a criação da Internet, os Estados Unidos enxergaram formas rentáveis para sua utilização e demonstraram, através da análises históricas, seu interesse em dominá-la para que funcionasse de acordo com suas perspectivas. O mundo passou por uma transição jamais possível antes, que era estar constantemente conectado e até então, um mundo virtual desordenado. Para que esta realidade fosse diferente, foi preciso entender que apesar de virtual, tratava-se de um espaço, carente de governança, de domínio. As ferramentas criadas para padronizar sua utilização e evitar a criação de instituições são a prova da vontade de se manter no poder também deste espaço. A *deterrence theory* permite entender o porquê de evitar um controle transnacional, e o fato de os Estados Unidos se aproximarem deste pensamento. Permitir livre fluxo econômico e acesso aos usuários faz parte de sua política, e, até o momento, se mostrou ser a forma mais estável para o espaço cibernético.

---

<sup>109</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 175

### 3 A POSTURA HEGEMÔNICA DOS EUA PERANTE O DOMÍNIO DA INTERNET

Uma das concepções mais antigas do estudo de relações internacionais é o “poder” em forma de capacidades materiais, e seu impacto decisivo nas relações entre os Estados. Em Tucídides, uma das obras que relata uma das mais antigas guerras ocasionadas pela busca pelo poder e domínio de território é citado “The strong do what they can and the weak suffer what they must”<sup>110</sup>. Levando em consideração a história e luta de cada país do globo, é possível entender a situação em que se encontram hoje. A chance de existir uma grande desigualdade de capacidade entre eles é muito grande. Desigualdades geram segurança para aqueles que conseguem se proteger e insegurança para aqueles em que a competição é, de certa forma, desleal.

Quando considerou-se o mundo como bipolar ou multipolar, a distribuição de capacidades se dava de uma maneira, influenciando os mais vulneráveis a se captar influências e se basear nos modelos das potências. A partir do momento em que existe a possibilidade de o mundo ser considerado unipolar, isto é, dominado por uma potência, um hegemon, capaz de influenciar a todos os Estados, gerar padrões únicos e determinar o que se tornará um conflito ou o que será passível de uma cooperação. Definir que um Estado atua como unipolar no sistema não é uma tarefa tão simples. Seguir padrões pode ser um argumento contestável, pois pode apenas considerar que cada país está seguindo apenas de forma semelhante, ou, sim, pode ser que enxergue o hegemon como um líder.

Ao longo deste trabalho foi possível observar as várias formas que caracterizariam o Estado como um hegemon. Os Estados Unidos demonstram adotar este perfil, ou buscam por ele, desde o fim da Guerra Fria, desenvolvendo mecanismos para se aproximarem cada vez mais desta realidade. Este capítulo pretende apresentar que existe uma unipolaridade no sistema cibernético, de modo que todas as capacidades encontram-se nas mãos de um único país, capaz de influenciar e controlar o sistema.

---

<sup>110</sup>TUCIDIDES apud IKENBERRY, John; et al. *World politics: A quarterly Journal of International Relations*. Cambridge Journals Online, 61, 1, jan 2009. apud p. 24

### 3.1 Unipolaridade cibernética

Ainda que poder de influência caracterize o Estado como unipolar, os mecanismos de poder deste Estado são limitados, ao passo que sua aceitação diante de países importantes, não é tão equilibrada quando em países que, de certa forma, são inferiores ou dependentes, perante o sistema internacional. O Estado unipolar prefere atuar onde sabe que terá maior receptividade, ou seja, onde irá exercer sua dominância, apesar de os demais Estados dominados contestarem e declararem como não legítimo qualquer tipo de dominância. O que é compreensível não querer ser tratado como dominado ou até mesmo como Estado coagido, tendo sua soberania usurpada. O Estado unipolar se empenha na liderança e, inclusive, na criação e gestão de normas e regras que proporcionem cooperação. Além da aproximação causada pela cooperação, causa apoio e dependência dos Estados mais fracos, e aumenta a relação de exploração destes Estados subordinados<sup>111</sup>.

A unipolaridade gera menos incentivos que a bipolaridade ou multipolaridade, em relação à competição de status de poder. Os outros Estados considerados elites apresentam relutância ao sistema unipolar, pois preferem buscar cada vez mais a ascensão de seu status, porém, em um sistema unipolar, o custo para essa preferência é muito alto, e os incentivos são baixos. A ausência de incentivos importa, pois o status social está atrelado ao valor e a posição social, visto que o valor é um comparativo em relação aos outros. “*If everyone has high status, no one does*”<sup>112</sup>. Aumentar o status não é algo que está ao alcance de todos os atores, enquanto um aumenta, o outro, conseqüentemente, estará em desvantagem. Logo, a competição em busca de um status é caracterizada por um jogo de soma zero<sup>113</sup>.

A título de exemplificação, ao longo do desenvolvimento do espaço cibernético e o avanço da globalização, permitiu que ataques não físicos como costumavam ocorrer antigamente, passam agora a ser virtuais. Em 2007, a Estônia sofreu um ataque, e os Estados passaram a pensar em prevenções estratégicas contra guerras cibernéticas. Foi um ataque surpresa, onde sites dos ministérios, bancos e jornais foram invadidos, causando um transtorno para a população, que não conseguiam ligar para números de emergência e utilizar os serviços como ambulância e bombeiros. De acordo com a busca feita por experientes da

<sup>111</sup>IKENBERRY, John; et al. *World politics: IR theory and the consequences of unipolarity*. Volume 61, Number 1 January 2009. p. 25-27

<sup>112</sup>SCHWELLER, Randall. apud IKENBERRY. p. 30

<sup>113</sup>IKENBERRY et al., op cit. p. 29-30

área, constatou-se que se tratava de um ataque envolvendo atores estatais. Em 1998, o Pentágono foi atacado, e informações confidenciais foram vazadas. O principal suspeito foi a Rússia, que negou seu envolvimento. Em 2010, o vírus Stuxnet atingiu o sistema iraniano, e foi um dos ataques mais devastadores relatados até o momento. O alvo era o enriquecimento de urânio, várias centrífugas foram destruídas, cerca de 45 mil computadores foram infectados, países como Índia, Indonésia e Iran foram infectados de maneira planejada. O vírus se espalhou por meio de pendrives (USB stick).<sup>114</sup>

As consequências dessas invasões caracterizam o investimento nos mecanismos de defesa e as vantagens de ser unipolar no sistema. O investimento contra ataques é muito oneroso, e o proveito deste investimento, é tornar-se capaz de ser inatingível ou, ao menos, não tão sensível e vulnerável quanto os Estados que não possuem as condições para tal investimento, e ainda mais, tornarem-se potenciais invasores é uma chance muito grande, para demonstrar domínio e comando. Considerando que o vírus tenha sido de fato desenvolvido pelos EUA e por Israel, as motivações podem ter sido para reverter o processo de enriquecimento do Urânio ou até mesmo para interrompê-lo.

O questionamento acerca da governança da Internet foi colocado em pauta mais uma vez no ano de 2012, quando ocorreu a 12<sup>a</sup> Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais, os Emirados Árabes Unidos que contava com a presença de 193 países membros da ITU. A insatisfação se baseou em uma série de fatores em que consistiam, como por exemplo, nos EUA, “os centros de escuta da Agência de Segurança Nacional (NSA) monitoram o conjunto das comunicações eletrônicas que passam por cabos de satélites norte-americanos”<sup>115</sup>. O maior centro de ciber monitoramento está sendo construído em Bluffdale, deserto de Utah, além de desenvolver empresas que, de forma discreta, funcionam como monitoramento, que são empresas como Facebook e Google, acompanhando o comportamento dos internautas pensando como podem ser explorados, do ponto de vista comercial. A proposta era que a ITU tivesse mais autonomia para assumir as responsabilidades de supervisionar a rede mundial de computadores. Os EUA não concordaram, seguido de outros países como França, Alemanha, Japão, Índia, Quênia, Colômbia, Canadá e Reino Unido, contra 89 países que concordaram em aprovar o documento. Marcando a conferência, o assunto focava na questão de quem teria o poder de controle da Internet, tendo em vista que este poder pertence a Washington até os dias atuais.

---

<sup>114</sup>KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014. p. 81-86

<sup>115</sup> SCHILLER, Dan. Quem governará a Internet?. *Le Monde Diplomatique Brasil*. p. 34-35, fev. 2013.

Nos anos 90, os EUA impulsionaram a institucionalização da Internet para exercer domínio sobre a rede, a começar pela padronização de usuários como endereços digitais, nomes de domínio como “.com”, controlados por um poder institucional transnacional, mais especificamente pela agência criada por eles Internet Assigned Numbers Authority (IANA), associada à ICANN, já mencionada anteriormente. Fornecendo também uma espécie de assistência técnica, também estabelecido por outras agências norte-americanas, para que nem isso fuja do seu controle. São elas a Internet Engineering Task Force (IETF) e a Internet Architecture Board (IAB), integradas à Internet Society. Apesar de todo este investimento e financiamento torna-se cada vez mais claro o interesse dos EUA, e o fato de receber mais atenção por estas agências.

O desequilíbrio do controle da rede é exemplificado através dos investimentos em tecnologias de segurança, sites comerciais, a criação do sistema “cloud computing” onde é possível armazenar inúmeras informações, tendo como principal ator os EUA, caracterizando uma “supremacia norte-americana” seja no ciberespaço, comercial e até mesmo no campo militar, tornando as chances de outros países se expressarem no sistema cada vez menores.<sup>116</sup> O estabelecimento de comunidades técnicas refletem o entusiasmo relacionado com a segurança nacional, e os indícios de os EUA desistirem deste domínio, são cada vez menores.

Em 2010 e 2011, quando ocorreu a renovação do contrato entre IANA e o Ministério do Comércio norte-americano, vários países se rebelaram contra o governo dos EUA, em especial o Quênia, que reivindicava a transição da domínio norte-americano para um regime de cooperação multilateral, e contou com o apoio de México, Egito e China. Em resposta, os EUA ressaltaram a política da “liberdade da internet”, e continuaram a manter sua política de posição central, promovendo o “cibercapitalismo, por meio de empresas como o Google, desacreditando cada vez mais seus opositores. Pode ser que a logo prazo estes opositores desenvolvam cada vez mais sua tecnologia a ponto de competir com a soberania dos EUA. Por hora, a unipolaridade global continua em aberto<sup>117</sup>.

As teorias tradicionais acusam que os Estados entrariam em desavença por status apenas quando se sentissem ameaçados ou quando suas capacidades materiais fossem afetadas. O status delimita o lugar em que o Estado se encontra no sistema, uma vez que este não afeta seu bem estar material, sua posição não terá influência sobre tomadas decisões na ordem internacional. Com base neste argumento, pesquisas que levam em consideração o comportamento humano desde o estudo da neurociência e da biologia evolutiva, passando

---

<sup>116</sup>SCHILLER, Dan. Quem governará a Internet?. *Le Monde Diplomatique Brasil*. p.34-35, fev 2013.

<sup>117</sup>Ibidem.

para a economia, sociologia e psicologia, os seres humanos são motivados pelo desejo de um status social favorável e dispõem de capacidades estratégicas para alcançar seus objetivos, o que contradiz com o argumento de Estados se sentirem satisfeitos contanto que não se sintam ameaçados e a realidade da busca pela prosperidade evidente de acordo com as políticas atuais<sup>118</sup>. Apesar de os estudos terem sido feitos com base nos indivíduos, a política internacional ocorre entre grupos, e os indivíduos que agem em nome dos Estados, na grande maioria das vezes, agem motivados pela preocupação do status.

Quando aplicadas no ambiente político, estas propostas sugerem que a concorrência entre os Estados sejam influenciadas pela polaridade caracterizada no sistema. A multipolaridade implica uma hierarquia de mesmo nível, onde nenhum Estado está em primeiro plano. Sendo assim, a inconstância do status intensificaria a pressão sobre cada Estado para resolvê-lo da forma que acredita ser mais favorável para si. Os Estados então teriam maior participação no sistema, pois a ausência de uma hierarquia incentivaria para que estabelecessem uma. Não há como galgar maior visibilidade no sistema, sem que este desejo não interfira o espaço de outro. Ou seja, o processo de estabelecer uma hierarquia está propenso a conflitos e insatisfações. Qualquer Estado iria preferir ocupar a posição de status quo, onde não há superiores.

Por outro lado, a bipolaridade, que seriam dois Estados em posição de vantagem em relação aos demais, implicaria uma hierarquia mais estratificada, bem mais delimitada. Cada superpotência veria a outra como grupo mais relevante, e os demais Estados se comparariam eles. Dadas as comparações, os Estados apresentariam suas discordâncias e satisfações em relação a um ou a outro, facilitando a adoção de estratégias a seguir, ao invés de um conflito.

A unipolaridade implica ainda melhor a definição de posição, apresentando um grande contraste em relação aos dois outros tipos polares. A intensidade da competição acerca do status, tanto no sistema bipolar quanto no multipolar, depende de como as capacidades são distribuídas entre os Estados. Em um sistema multipolar, as capacidades são mais equilibradas, estão menos propensas a competições por status do que em um sistema bipolar em que as capacidades entre os dois já não é tão equilibrada. A unipolaridade em seu sentido mais amplo de definição, é caracterizada por um Estado que possui superioridade inequívoca em todas as dimensões em questão, em relação aos demais, tornando a competição praticamente desleal e improvável. Os Estados buscariam comparações para se aproximarem

---

<sup>118</sup>IKENBERRY, John; et al. *World politics: IR theory and the consequences of unipolarity*. Volume 61, Number 1 January 2009. p. 34-35

ao máximo às suas estratégias.<sup>119</sup> Seu domínio de capacidades materiais atinge um status relativamente seguro. Estudos realizados após a Guerra Fria, evidenciaram de acordo com a política externa dos EUA, que é um país rico devido a seus tomadores de decisão que sempre evidenciaram e priorizavam a questão do status antes de formular suas estratégias. Em 1991, quando o controle dos EUA estava sob as mãos do presidente Clinton, e em seguida, o presidente Bush, a estratégia oficial era “maintaining U.S. predominance”<sup>120</sup>. Os EUA continuam a investir em áreas passíveis de competição.

Segundo Ikenberry et al., se o status é importante de fato para os atores, o retorno à bipolaridade ou a multipolaridade aumentaria a probabilidade de um conflito. A unipolaridade promoveria uma melhor gerência do sistema, ao passo que garantiria melhor as definições das capacidades materiais dos Estados. Aqueles que estiverem satisfeitos com seu status quo, não irão procurar se indispor com outro país que tenha capacidades maiores.

*[S]hould a satisfied state undergo a power transition and catch up with dominant power, there is little or no expectation of war.”<sup>121</sup> Seria mais difícil manejar uma competição por status, do que uma por capacidades materiais.<sup>122</sup>*

### **3.2 Esforços dos EUA para criar um regime internacional da internet sob os termos de sua preferência**

No capítulo anterior foi possível analisar a maneira gradativa e histórica em que os EUA foram dominando cada aspecto do cenário internacional, afinal, esta foi a proposta inicial. Com o ritmo acelerado da globalização, as teorias propostas para as relações internacionais tornaram-se fracas, muitas vezes, para explicar o que aconteceria no futuro, ou melhor, o momento presente. Teorias tratam dos Estados como principais atores internacionais, e algumas não concordam com o fato da ascensão das instituições internacionais terem o poder de mudar o comportamento dos Estados. De fato, não mudam o

---

<sup>119</sup>IKENBERRY, John; et al. *World politics: IR theory and the consequences of unipolarity*. Volume 61, Number 1 January 2009. p. 40-41

<sup>120</sup>Office of the secretary of defense, August 1,2001, “*Strategies for maintaining U.S. Predominance*” apud IKENBERRY. p. 52

<sup>121</sup> KUGLES, Jacek; LEMKE, Douglas. apud IKENBERRY et al. p. 57

<sup>122</sup>IKENBERRY et al., op cit.p.52-57

comportamento da maneira convencional de tomar decisões por si próprias, ainda funcionam como uma ferramenta estatal, porém, os Estados devem adotar uma postura mais flexível em sua tomada de decisões, tendo em vista que o mundo está cada vez mais conectado e seu poder corre o risco de ser fragmentado. Ao longo desta seção será possível compreender o porquê. Por esta razão, o empoderamento de atores não estatais, bem como as multinacionais, organizações não governamentais (ONG) e redes de atividades transnacionais. Estas funcionam como um suporte para a governança global. Todos estes mecanismos, via de regra, procuram focar no enfraquecimento da autonomia dos Estados, e justificam esta vontade girando em torno da questão de como a globalização afeta a governança.<sup>123</sup>

Os sites de internet podem estar localizados em qualquer parte do globo, tornando possível o crescimento econômico, de modo a facilitar acordos de compra e venda, influenciando também a vida dos indivíduos, possibilitando o livre acesso para ter acesso a outras culturas, atuando também na vida comercial e aproximando distâncias, ainda que virtuais, para que possam ter mais contado com aqueles que moram em outra região, ou até mesmo em outro país. Apesar de ser considerado um domínio aberto, de livre acesso a todos, como todo espaço, deve possuir alguma estrutura que o regule. Ainda que não seja de comum acordo, como atores principais, os Estados estão em vantagem nesta iniciativa de governar, especialmente os que carregam características dominantes de poder. Como a governança não poderia estar concentrada nas mãos de todos os Estados dominantes irão agir por meio de políticas externas substitutas, por meios de coerção e novas normas, aplicadas por meio de diferentes entidades institucionais para que suas preferências predominem. Os atores não estatais por carregarem grande parte das economias mundiais conseguem, que por sua vez possuem certo grau de influência, para que não aja uma indisposição entre os Estados e estes atores, porém marginalizada, e não como pregavam algumas teorias. Os Estados irão substituir as estruturas de governo e suas políticas, caso alguma outra política venha a interromper seu objetivo final. Como não se vive uma era autoritária (embora esteja implicada no fundo das decisões de cada Estado), não há como impor e limitar as ações transnacionais com as proporções que tomaram no dias atuais. A única saída para que essa vontade fosse feita então, foi o estabelecimento da vontade por meio de regras, regimes, para proteger os

---

<sup>123</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 477

interesses materiais e suportar a ausência de uma cooperação efetiva pelo fato de as preferências serem divergentes.<sup>124</sup>

A criação da internet gerou inúmeros setores para controlar, incluindo o desenvolvimento de protocolos, censura, implementação de taxas, propriedade intelectual e direitos privados. Cada Estado apresenta um interesse por cada área, que contradizem com a forma que são estabelecidas as regras pelas instituições governamentais. Os Estados dominantes, aqueles que possuem certo grau de influência na criação das regras, irão participar de sua criação, levando em consideração suas perspectivas, para que sejam aprovadas as considerações ou não. Cada Estado possui um poder de voto. A princípio, formam a agenda internacional de maneira independente, depois, devem agir segundo os interesses do Estado.<sup>125</sup>

Quando houve o “boom” da globalização, que deu início com a criação dos meios de comunicação, acreditava-se que os Estados perderiam sua soberania, a habilidade de governança dos governos não mais regularia as relações domésticas, e várias escolas de pensamento acreditavam que seria possível que de fato ocorresse, e que o poder aumentaria para os atores não estatais, baseando-se em Stephen Koblin, quando disse:

*NGOs coordinated their strategies and actions over the Internet, they were able to derail the efforts of the developed countries to fashion a Multilateral Agreement on Investment (MAI)*<sup>126</sup>

Alguns outros atores não estatais envolvidos na regulação da internet foram Global Business Dialogue on e-commerce (GBDe), IETF, Internet Society (ISOC), e por fim, a ICANN.

Como há inconsistência entre as preferências dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e a maioria dos bens e serviços foram criados por países industrializados, na teoria, estes Estados possuem mais direitos sob a Intellectual Property Rights (IPR). A emergência dos regimes regulatórios internacionais sempre priorizou as preferências dos Estados dominantes, em especial dos EUA, que sempre estiveram por trás do desenvolvimento deste setor. Em 1996, a WIPO negociou dois tratados que consistiam nos Direitos Autorais (Copyright) e Performances e Fonogramas para abranger também o

<sup>124</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 478

<sup>125</sup>Ibidem. p. 478-479

<sup>126</sup>KOBRIN apud DREZNER. p. 481

ambiente cibernético, concedendo à IPR grande controle, que visava sobretudo países que sempre procuravam falhas nas normas para cometer algum deslize, com suporte dos EUA e da União Européia para aplicação de sanções econômicas àqueles que não fossem fieis ao regime. Quanto mais o comércio expande às margens da internet, mais empresas e governos acompanham este crescimento e informações pessoais dos usuários, aproveitando-se das informações fornecidas para direcionar suas vendas e buscas. O regulamento de privacidade de dados é um bom exemplo do impasse na criação de normas. Nos EUA, em relação a estes direitos, baseia-se na liberdade, isenção da intervenção estatal; na Europa, privacidade é considerado um direito fundamental a ser protegido pelo Estado. Como resultado, não houve pressão nos EUA para uma regulamentação da privacidade de dados. Alguns atores não estatais tentaram reverter este posicionamento, sem sucesso. Em 1995, a União Européia aprovou o Data Protection Directive, que estabelecia mecanismos de orientação e execução padronizada para as empresas europeias. Um grupo de direitos humanos tentou convencer os EUA a aceitarem esta posição regulatória para garantir uma proteção maior aos consumidores. Ao invés de aceitarem a implantação deste sistema, e também para não se indispor com a UE, os EUA incentivaram empresas multinacionais americanas a estabelecerem normas que regulamentassem mecanismos atendendo as normas da UE, assegurando assim um compromisso.<sup>127</sup>

Além de criar mecanismos de regulamentações para o uso da internet, alguns Estados passaram a querer controlar o conteúdo que circulava nas redes. Estados totalitários como Cuba, Arábia Saudita, Myanmar, Singapura e China, não permitiram o uso livre da internet. Os direitos humanos de ONGs protestaram contra este controle, mas não houve a criação de um sistema eficaz de governança global para resolver o assunto. As instituições estavam incapacitadas diante das preferências de regulamentação dos Estados. Resultando, em 2003, na primeira reunião da WSIS, que consistia, mais uma vez, na tentativa de uma regulamentação da internet. O resultado foi que cada Estado continuava mantendo suas preferências, e a efetividade das regulamentações dependem da distribuição de poder entre os Estados. A aplicação do IPR só foi possível, porque era de comum acordo entre os Estados com mais poder em relação aos outros. Decisões são tomadas conforme distribuição de poder entre os Estados. Quando grandes potências não concordam o resultado é a ausência da

---

<sup>127</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 485-487

criação de um regime e atores não estatais não possuem poder de influência diante das preferências governamentais.<sup>128</sup>

Para que utilizem as ferramentas que a Internet disponibiliza, como informações e propósitos comerciais, os usuários precisam concordar com um protocolo técnico, em que o usuário fornece seus dados, para que possam utilizá-la. Estes protocolos que permitem os fornecedores tirem vantagem destas informações. Assim como lendas urbanas, lendas a respeito da criação da Internet dizem que estes protocolos foram criados pela unidade epistemológica de experts em computação pertencentes à IETF e que nenhum Estado conseguiria manipular este resultado previamente manipulado<sup>129</sup>. Porém, com um olhar mais analítico, é possível perceber que as origens destes protocolos e regimes sugerem um quadro diferente. Em dois momentos cruciais para o desenvolvimento da Internet, a aceitação do Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP), desenvolvido para troca de informações em rede e a criação da ICANN, que controla o Internet Domain Name System (DNS). TCP/IP foi desenvolvido entre 1973 e 1978, pelos membros da Advanced Research Projects Agency Network (ARPANET), um departamento que conectava os departamentos militares com os civis. TCP é responsável pelo armazenamento de dados, que podem ser transferidos de um computador para outro. O IP é responsável por assegurar os dados, assim como uma forma de endereço. Apesar de consistir ainda no livre acesso, a forma como foi proposto consistia com as preferências dos EUA. Em represália, companhias que investiam em computação em rede, que não confiaram no desenvolvimento da ARPANET, desenvolveram seu próprio protótipo, para assegurar a rede. Como foi o caso da IBM, que desenvolveu o System Network Architecture (SNA). Outros Estados não aceitaram bem esta iniciativa, e Canadá, Inglaterra e França realizaram um concerto para desenvolver um outro protótipo, chamado Recommendation X.25 para o Consultative Committee on International Telegraphy and Telephony (CCITT), da ITU. A ITU aprovou em 1976. Os Estados que haviam desenvolvido adotaram o X.25 para suas redes, em seguida o Japão também aderiu. Por se tratarem de atores importantes para o mercado, a IBM se viram coagidos e acabaram aderindo. Janet Abbate concluiu que “X.25 was explicitly designed to alter the balance of power...and in this it succeeded”<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 488-490

<sup>129</sup>SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal. *Information rules*. Harvard Business School Press, Cambridge, MA, 1999. p. 174. apud DREZNER. p. 490

<sup>130</sup>ABBATE, Janet. *Government, business, and the making of the Internet*. Business History Review, 75, 2001. p. 163. apud DREZNER. p. 492

Ainda como exemplo da criação de mecanismos regulatórios consistentes com as preferências dos Estados, seria o caso da criação da International Organization for Standardization (ISO), que se daria através do sistema Open Systems Interconnection (OSI), um modelo para padronizar os protocolos de diferentes redes, facilitando a comunicação. A criação do OSI resultou na criação do ISO, que se tornou um sistema padrão adotado pelos Estados, de difícil competição, pelo fato de ser muito oneroso para outro Estado desenvolver um programa como este, tendo em vista a incompatibilidade dos sistemas que já haviam adotado o padrão ISO, anexado em sua página da web, o lema: “International Standards make things work”<sup>131</sup>. Com a criação da ISO, ficou claro que os EUA, com o apoio da Inglaterra, França, Canadá e Japão, estavam tentando precipitar a criação de um regime internacional que fosse de acordo com suas preferências. Mais uma vez, de acordo com a política dos Estados Unidos. Como a ISO foi qualificada com local de gerenciamento padrão da rede, o governo dos EUA incentivou os integrantes da ARPANET a participarem ativamente dos comitês e reuniões da ISO, com a finalidade de também aderir ao protocolo TCP/IP tornando-o compatível com os princípios OSI. O modelo TCP/IP já se tornara um modelo padrão utilizado nos EUA, e considerado confiável. Tomou proporções tão amplas, assim como o uso da internet, não deixando a menor chance para que pudesse ser substituído.<sup>132</sup>

Duas décadas depois houve outra intervenção governamental sob protocolos técnicos. Com a possibilidade comercial que se deu através do crescimento da World Wide Web nos anos 90, os atores perceberam a necessidade de aprimorar seus sistemas, e criar novos regimes que pudesse controlar o sistema DNS, de modo que cada usuário fosse único, incluindo o general Top Level Domains (gTLDs) como “.com”, “.org”, assim como os country codes “.uk” “.br” (ccTLDs). A criação do DNS gerou algumas preocupações pelo fato de controlar o acesso da internet, uma vez que existe este controle, deveria haver apenas um usuário com um codinome, e este usuário poderia criar um site utilizando nomes de marcas conhecidas para depois vender o domínio para a empresa de fato, e poderia cobrar o preço que quisesse, como por exemplo algum usuário criar um site “www.nike.com” além de gerenciarem as oportunidades comerciais. Entre 1994 e 1998, o governo dos EUA contraiu o registro DNS para o Network Solutions Incorporated (NSI), transformando em um monopólio avaliado em um bilhão de dólares. Atores não estatais tentaram intervir, por meio de regimes

---

<sup>131</sup>ISO. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/about.htm>>. Acesso em: 24 out. 2014

<sup>132</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 490-493

internacionais criados pela ISOC, a rede de pesquisa responsável na época da fundação original da ARPANET. Sem êxito, no primeiro momento, a ISOC formou o International Ad Hoc Committee (IAHC), cujo interesse era se apoderar da função da NSI, e contava com o apoio de grupos relevantes como WIPO e ITU. Altamente compreensível o fato de a ITU estar presente, acreditando propiciar um ambiente neutro para gerir as questões de cunho internacional. Todo o trâmite transcorrido pela ITU foi vetado pelos EUA, por meio de um memorando denegrindo o secretariado da ITU por agir sem a autorização dos estados membros. Desta forma, a IAHC propôs que o presidente Clinton, em julho de 1997, emitisse um decreto autorizando o secretário de comércio a “support efforts to make the governance of the domain name system private and competitive”<sup>133</sup>. Já que o domínio não estaria concentrado nas mãos de uma organização, os Estados teriam que competir com o monopólio já formado pelos EUA<sup>134</sup>. Em 1998, o Departamento Comercial publicou oficialmente a rejeição da proposta da IAHC, e defendeu a privatização do sistema DNS baseando-se nos princípios de estabilidade e competição<sup>135</sup>.

O resultado para todas estas tentativas frustradas para regulamentar a Internet foi a criação da ICANN. No início não houve tanta estabilidade, muito menos receptividade por parte dos Estados, pelo fato de suas preferências serem consistentes com as dos EUA, e pelo fato de os governantes norte-americanos não darem tanto importância a ela após conseguirem descentralizar o domínio sob regime da ITU, e tê-la transformado em uma entidade privada, tomando decisões de caráter global. Seu processo de formação foi conturbado, e as estruturas de governança protestadas. Governos que possuem um grau de importância considerável ainda conseguem manter sua influência e estabilidade. Passado um ano após a concessão para a ICANN, o governo dos EUA declarou publicamente “*The Department of Commerce has no plans to transfer to any entity its policy authority to direct the authoritative root server*”<sup>136</sup>. Em 2002, um funcionário do mesmo departamento deixou clara a influência dos EUA sobre a ICANN quando disse “*We do have a contractual relationship with them, which we have the ability to modify, or, if we want, terminate. That I show our input comes into the process.*”<sup>137</sup> Ou seja, se antes havia alguma dúvida acerca deste assunto, possivelmente tenha sido sanada neste momento. O presidente da ICANN nesta época propôs uma reforma em sua estrutura

---

<sup>133</sup> MUELLER, Milton. ICANN and Internet governance. Info 1, dez. 1999. p. 501. apud DREZNER. p. 494

<sup>134</sup> DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 494-495

<sup>135</sup> MUELLER apud DREZNER. p. 495

<sup>136</sup> Ibidem. p. 496

<sup>137</sup> STELLEN, Susan. Plan to change Internet group is criticized as inadequate. *New York Times*, abr. 2002. apud DREZNER. p. 496

política, para que 5 Estados membros pudessem participar de seu governo. Grande maioria de suas propostas foram aprovadas em junho deste mesmo ano.<sup>138</sup>

Neste caso é possível perceber que os atores não estatais influenciam nas decisões dos Estados. Mas quando a decisão envolve grandes potências, a preferência é dada para elas. Estados são os principais atores, mas não mais os únicos. Talvez no momento em que as escolas de pensamento formularam suas teorias, tenham limitado as proporções de até onde chegaria a governança global.

### **3.3 Esforços dos EUA para evitar a criação de um regime internacional da internet fora dos termos de sua preferência**

Como foi possível analisar na seção anterior, os atores não estatais tem poder de influência na tomada de decisão dos Estados, bem como a criação de organismos que, ainda que sigam as preferências dos Estados, existem para que se torne uma dominância mais democrática (ou algo próximo disso). Os EUA sofreram constantes retaliações por parte dos atores internacionais pelo fato de suas políticas estarem sempre presentes nas formulações de normas e regulamentações. A nível de exemplificação, uma breve retrospectiva salientando a maneira que o governo norte-americano rejeitou o processo da criação de regulamentações em que não iam de acordo com suas perspectivas como foi o caso da IAHC, vetou a reforma política da ITU e garantiu a criação de uma ordem privada para gerir a questão política, e o fato de se recusarem a participar de encontros que discutam reformulações políticas que não estejam de acordo com as suas, como foi o caso da ITU ou quando aceitou discutir o assunto em 2001, na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), apenas com os membros dos G8. A partir do momento em que a questão torna-se de cunho internacional, o país, por mais poderoso que seja, não consegue mais tomar decisões sem ser contestado. Os EUA precisaram adotar outras formas para que não fossem criados regimes internacionais ao longo da questão da segurança, e adotaram a posição da não participação, do veto, ou inclusive, a criação de mecanismos que funcionem com espões para que nada fuja de seu controle.

---

<sup>138</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 496-498

Em 2012, ocorreu em Dubai a Conferencia Mundial sobre Comunicações Internacionais (WCIT), onde questões inegociáveis, por parte dos EUA, foram levantadas, incluindo a governança da Internet, regulamentação de conteúdos da rede, onde eles recusaram-se a apoiar os regulamentos revisados da ONU e apoiados pela UIT. Dentre os motivos pelos quais os EUA se negaram a concordar está nas reformas de delegações para as agências “recognized operating agencies” e as “operating agencies”, que basicamente, os EUA se consideram competentes suficiente para tratar dos recursos de telecomunicação, como é o caso do sistema de segurança da Internet. Quando esta for partilhada para cada operador de cada Estado o resultado não será o mesmo, não terá um padrão, como se estivesse sob domínio de um Estado que possui experiência técnica, e que apesar de se tratar de um governo, existe a participação da sociedade civil. A proposta de um espaço livre não seria mais possível, pois a chance de cada governo censurar seus sistemas seria muito grande, além de implantarem taxas para o tráfego internacional, como é o caso das propostas de países como China, Rússia e Arábia Saudita, os mesmo que questionaram os limites da censura, em 1995. O embaixador da delegação presente, Kramer tratou do assunto dizendo que "The United States consistently sought to clarify that the treaty would *not* apply to Internet service providers, or governments, or private network operators, however, group consensus did not sway in the U.S.' direction"<sup>139</sup>.

Levantou-se também tomar o controle dos spams, considerados lixo eletrônico, que, do ponto de vista do governo norte-americano, o spam é um conteúdo formulário, e caracteriza a liberdade de expressão. Permitir o controle dos spams seria um passo para o controle de outros conteúdos. "Spam is a form of content and regulating it inevitably opens the door to regulating other forms of content, including political and cultural speech," explicou o embaixador.

Os EUA não acreditam que a questão da segurança possa ser resolvida com um simples Regulamento das Telecomunicações Internacionais(ITR), pelo fato de ser apenas um compromisso entre os Estados, sem implicações significativas. Uma pessoa que tenha conhecimento técnico sobre a questões dos servidores que sustentam as redes é capaz de invadir sistemas para continuar seus propósitos, como é uma das armas utilizadas pelos EUA, assim como os membros da Anonymous assumiram a responsabilidade do ataque que sofreu a Conferência uma semana antes, refletindo a insatisfação em relação aos governos, por parte

---

<sup>139</sup>Entrevista ao Embaixador Kremer da delegação dos Estados Unidos para o jornal Readwrite. POPESCU, Adam. *Reasons why US rejected the ITU*. Readwrite, 2008. Disponível em: <<http://readwrite.com/2012/12/14/5-reasons-why-the-us-rejected-the-itu-treaty>>. Acesso em: 26 out. 2014

dos ativistas a respeito do futuro da Internet. Para que o futuro da Internet seja decidido, os EUA preferem contar com organizações não governamentais como a ICANN, Institute For The Future (IFTF)<sup>140</sup> e WC3<sup>141</sup> para monitorarem a rede, porém, se convém que são grupos, corporações e institutos formados em solo americano, com princípios americanos.

A questão da Internet gera um ambiente tão polêmico, que a Conferência criada para tratar de assuntos das telecomunicações em geral, girou em torno da Internet, e não pode contar com o apoio dos EUA, que deixou clara suas reais intenções para com o futuro da Internet. Resultando em um impasse, não somente pela abstenção dos EUA, mas pelo fato de exercer certo poder de influência, fez com que outros Estados (ver figura 2) que adotassem a mesma posição, não assinassem, resultando em um possível e negativo futuro para a Internet, propondo a criação de duas Internets. Uma de domínio aberto, e outro fechado. O embaixador Kramer disse que espera que isso não venha a acontecer. Como um espaço aberto, que é favorável para a economia e estimulando os governos a não privatizarem suas redes.

*Our job in all of this is to continue to espouse the benefits of an open Internet... that will create a natural bias and momentum and favor it.*<sup>142</sup>

Estas medidas não serão efetivas até janeiro de 2015, que como início de um novo ano, deve-se esperar por uma nova Conferência sobre a Internet. A Conferência não foi um ponto final para a decisão dos EUA, foi importante para deixar claro a posição dos membros, e também que eles não estarão de acordo, enquanto as reformulações propostas não estiverem de acordo com suas preferências.

---

<sup>140</sup> *Institute for the future*. Disponível em: <<http://www.iftf.org/what-we-do/history-of-the-future>>. Acesso em: 26 out. 2014.

<sup>141</sup> *WC3*. Disponível em: <<http://www.w3.org/Consortium/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

<sup>142</sup> Entrevista ao Embaixador Kremer da delegação dos Estados Unidos para o jornal Readwrite. POPESCU, Adam. *Reasons why US rejected the ITU*. Readwrite, 2008. Disponível em: <<http://readwrite.com/2012/12/14/5-reasons-why-the-us-rejected-the-itu-treaty>>. Acesso em: 26 out. 2014

**Figura 2** – Países que assinaram o acordo proposto pela WCIT, na conferência em 2012.

**Signatories of the final act at WCIT 2012: signing countries in green and non-signing in red**



Fonte: <http://www.indexoncensorship.org/2014/06/internet-governance-brazil-taking-lead-international-debates/>

Já diria Daniel Drezner, que quando há a mínima divergência entre as preferências dos Estados, estes irão preferir delegar suas políticas de implementações para instituições não governamentais, pois as políticas aplicadas por estas instituições o controle não será tão público, e o controle dos Estados serão mais efetivos. Outra forma de conter a formação de regimes então, seria a criação de instituições não-governamentais, onde os Estados poderiam agir como um conselho administrativo, delegando a gestão dos regimes para atores não estatais, garantindo seu poder de influência para definir as regras e negociações.<sup>143</sup>

O crime cibernético também é uma forma de demonstrar a aversão sob as condições que impõe os regimes. E mais do que insatisfação, a prova de que o Estado estaria acima de qualquer instituição e qualquer coisa que possa diminuir sua influência e até mesmo seu poder de dominação. A política norte americana demonstra suas intenções através de sua desigualdade nas suas altas capacidades materiais em relação aos demais, seu poder de influência histórica do controle das redes (ver Tabela 1), qualifica-o como unipolar. Estados conectados por meio de redes, seriam como um “prato cheio” para os EUA pensarem em invadir seus sistemas, seja para demonstração de poder, insubordinação, espionagem e

<sup>143</sup>DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002. p. 483

sabotagem. A questão é que nos dias atuais, a intenção dos países não é anexar territórios, e sim, tirar vantagens dessa proximidade virtual em vias de favorecer tomadas de decisões, ao se tratar de países que detêm o poder ou que almejam, de alguma forma, controlar aspectos do sistema internacional. Clausewitz define que a guerra seria a continuação da política por outros meios. Estendendo este conceito para o crime cibernético, também seria uma medida cabível para compreender este tipo de guerra. E ele segue dizendo que “*in general the purpose of any war is to make our oponente defenselles so that they do what we want them to do*”<sup>144</sup>. Podemos a partir deste trecho, adicionar mais um propósito para o crime cibernético, que seria a intenção de coagir os Estados.

O propósito de um ataque cibernético, em termos de estratégia podem variar entre adquirir vantagem, sem intenção tornar um conflito ou de fato, para tornar o espaço em um campo de batalha com intuito de afetar os adversários<sup>145</sup>, ou, até mesmo, destruir a conectividade social do adversário, visando própria proteção, envolvendo a comunicação, transações econômicas, transportes e infraestrutura, que para competir nos dias atuais é de extrema importância que tenha uma vantagem potencial para competir entre os atores.

Quando as ações dos Estados envolvem questão militar, é considerado “cyberwar”, como um exemplo hipotético, antes de a OTAN intervir no conflito que ocorreu na Líbia, em 2010, os EUA poderiam ter realizado um ataque cibernético que bloquearia o sistema de espaço aéreo, deixando-os indefesos. Obama optou por não agir desta forma pra que outras nações se inspirassem nesta estratégia, como China e Rússia, e porque não tiveram tempo suficiente para formular uma estratégia de fato<sup>146</sup>. E os ataques que envolvem questões políticas, como os vírus Stuxnet, por exemplo, são de fato os ataques cibernéticos.

---

<sup>144</sup>CLAUSEWITZ, 1999 apud KREMER. p. 129

<sup>145</sup>SCHIMITT, 1998 apud KREMER. p. 133

<sup>146</sup>SCHIMITT; SHANKER, 2011 apud KREMER. p. 135

Tabela 1 – Histórico do controle da rede em território americano<sup>147</sup>.

ANO	Acontecimentos
1957	Em resposta ao lançamento do satélite artificial Sputnik, os EUA formam a agência ARPA ( <i>Advanced Research Projects Agency</i> ) para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com fins militares.
1960	Arpa do Departamento de Defesa dos EUA passou a ter autoridade sobre a rede e o Network Working Group (NWG) <sup>30</sup> assumiu a responsabilidade das especificações técnicas, rede precursora da Internet.
1972	Primeira demonstração pública da Arpanet, rede da Arpa. Enviada a primeira mensagem de <i>e-mail</i> .
1974	Definida as regras para que dois computadores conversem em rede. O termo Internet é usado pela primeira vez
1979	Foi criado o ICCB – <i>Internet Configuration Control Board</i> , uma espécie de conselho consultivo.
1985	É registrado o primeiro domínio no mundo, o <i>symbolics.com</i> .
1988	O primeiro serviço de acesso à Internet no Brasil é oferecido pelo provedor Alternex, uma iniciativa do IBASE.
1990	O laboratório Cern lança a <i>world wide web (www)</i> , para possibilitar a troca de informações com texto e imagens.
1992	É formada a <i>Internet Societ</i> , uma organização sem fins lucrativos a quem foi confiada à supervisão tanto do <i>Internet Activities Board (IAB)</i> quanto da <i>Internet Engineering Task Force – IETF</i> .
1995	A Microsoft começa a distribuir o <i>Internet explorer</i> de graça. A <i>Sun</i> lança a linguagem JAVA. O governo brasileiro cria o braço comercial da Internet no país.
1997	A Microsoft lança o <i>Windows 98</i> e inclui nele o Programa de <i>Internet explorer</i> . O governo americano começa a processar a empresa por prática de monopólio.
1998	A bolha especulativa da Internet com a criação incessante de <i>sites</i> . A a "bolha" estouraria em 2000.
2000	
2001	O governo americano permite que a empresa <i>Verisign</i> mantenha o controle do domínio ".com", que representa cerca de 75% de todos os endereços na Internet.
2005	O número de domínios registrados no mundo chega a 75 milhões, segundo a consultoria americana <i>Netcraft</i> .
2007	Mais de 153 milhões de domínios registrados no mundo entre todos os Domínios de Primeiro Nível (TLDs) ( <i>Verisign – 2008<sup>xvii</sup></i> ).

As teorias, bem como a formulação de regras e meios que conduzam as ações dos Estados nem sempre correspondem com a realidade. São mais questões filosóficas e utópicas, mas não são práticas. A Internet e todas as suas funções são muito novas, levando em consideração o tempo de relação entre os Estados, e a evolução histórica dos meios de comunicação e suas finalidades. Portanto, o poder, a dominância, a influência e todos os demais fatores que caracterizam o status de um Estado, devem ser ter sua história como ponto

<sup>147</sup>CANDIDO, Michéle. *A geopolítica da rede e a governança global da Internet a partir da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18032009-112622/pt-br.php>>. Acesso em: 20 out 2014.

fundamental dos acontecimentos que são vivenciados na realidade atual. A pensar no momento de criação da Liga das Nações, cujo propósito era conter as reações de violência dos Estados, por meio de normas e regimes que evitassem as guerras que por sua vez vieram a ocorrer. E desta forma ocorrem nos dias atuais, em suas devidas proporções, pois ocorrem danos, porém menos vítimas. A ONU tem seu papel fundamental nesta questão e possui agências com inúmeras competências afim de conter os danos sociais, mas não é o suficiente para conter o objetivo de um Estado. Os Estados Unidos criaram inúmeras ferramentas para se manter no poder, e até hoje se encontram por meio da ICANN, e sistemas criados para desenvolver incompatibilidades caso viessem a desenvolver outros tipos de sistemas. O fato de se abster de reuniões e Conselhos, também já diz muito sobre sua política. Enquanto seus interesses não forem a prioridade para determinada decisão, a possibilidade de não ocorrer é muito grande. Este seria o equilíbrio para a dominação do sistema, os Estados Unidos sob este comando. A disputa tem se tornado cada vez mais acirrada, pois países que antes não significavam ameaça, agora são, principalmente com a intervenção das instituições, acionadas quando países descontentes com a política liberal da Internet, como é o caso da China, que não é a favor deste livre acesso e liberdade da Internet. Liberdade esta que significa livre comércio e livre acesso a dados e possíveis intervenções. Governos totalitários e imperialistas geralmente são contra, pois a sociedade passa a ter contato com o mundo exterior, e constatar as diferenças que ainda existem nos dias atuais, apesar de um mundo conectado, podendo exigir mudanças por parte do governo, como no caso da Primavera Árabe, citada na seção 2.4. Até o momento, pode-se concluir que os Estados Unidos corresponde à perspectiva de um país unipolar, detentor de todas as capacidades materiais necessárias para desestimular uma competição em potencial, sempre desenvolvendo seus mecanismos tecnológicos para que faça jus a esta posição, desencorajando, como prega a *deterrence theory*, os demais Estados a competir.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista que a análise se inicia com o final da Guerra Fria, é possível perceber que o mundo vive em um sistema unipolar. Os Estados Unidos detêm desde as capacidades ideológicas, que podem influenciar o início ou o fim de uma guerra, até as capacidades materiais, atuando historicamente como Estado hegemônico no cenário das Relações Internacionais. Embora seja um país que se prega o liberalismo como forma de pensamento a ser adotado pelos demais, utiliza as características realistas para de fato aplicá-las, quando se trata de agir, em qualquer espaço que desperte seu interesse. Portanto, as divergências teóricas são importantes para caracterizar a política externa dos países, mas uma não exclui a outra, funcionam como um complemento para adoção de s.

Apesar de a criação de inúmeras instituições para descentralizar o poder dos Estados foi possível observar que os EUA, assim como outros atores, deram um jeito de burlar, trapacear, ou simplesmente não permitir que o seu domínio fosse de vez fragmentado. A Internet se instalou no sistema provindo pela globalização, trazendo benefícios e malefícios, dependendo de cada ponto de vista. Aos países que possuem as capacidades materiais, a um nível de competição desleal em relação aos demais Estados, benefícios, pois estes conseguem enxergar vantagens, onde talvez demais não enxerguem, ou pelo simples fato de não conseguirem competir. Não apenas uma ferramenta para o lazer, para a economia, a Internet tornou-se um instrumento de poder, de coação. Instituições foram desenvolvidas e financiadas por Estados, já que esta seria a maneira aceita para “maquiar” a descentralização do poder dos Estados, como foi o exemplo da criação da ICANN. Embora questionada, uma vez criada, nada mais poderiam fazer, a não ser que tenham condições suficientes para criar um sistema melhor, que se torne um padrão mundial.

Percebeu-se então, que o melhor a fazer seria aceitar a presença dos EUA, não de forma passiva, mas Estados procuram tomar decisões prudentes, para que ainda possam se manter em competição, ou no mínimo, consigam manter uma relação de troca comercial com os demais.

A partir do momento em que foi criada uma rede para interligar os sistemas mundiais, foi como se todo o discurso que envolve a soberania dos Estados, se tornasse não ineficaz, mas fraco. Para invadir um país não se faz mais necessário o uso militar, pessoas inocentes não precisam mais ter suas vidas tiradas. Basta que programas sejam desenvolvidos para

invadir o sistema dos países, vias de possuir acessos a documentos governamentais ou com o propósito que quiserem, ou até mesmo, a falta de propósito, apenas como prova de elucidação do poder que aquele Estado pode exercer.

A governança da Internet então é caracterizada pelos constantes esforços políticos para evitar o risco de uma fragmentação, e ao mesmo tempo, a luta para que as perspectivas, direitos e deveres dos Estados sejam assegurados. Os ataques cibernéticos foram uma estratégia encontrada para que fosse mantida a unilateralidade da rede, tendo em vista o surgimento de inúmeras instituições criadas para garantir questões do sistema global. Os EUA controlam e não pretendem abrir mão da raiz do sistema para que a governança se torne multilateral, levando a pensar que possa de fato existir um imperialismo americano.

Até quando se dará esta dominância norte-americana não se sabe. Ao que tudo indica, é possível que não termine tão cedo. Os Estados precisarão dispor de suas economias para investir no setor tecnológico a ponto de desenvolver ferramentas que enfraqueçam os sistemas norte-americanos e criem novos. Não se pode dizer que é uma realidade impossível, porém, beira o improvável.

## REFERÊNCIAS

- ABBATE, Janet. *Government, business, and the making of the Internet*. Business History Review, 75, 2001. p. 163.
- ACHEN, C; SNIDAL, D. Rational deterrence theory and comparative case studies. *World Politics*, 41, 143-169, 1989.
- BALDWIN, David. *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. David A. Baldwin. 1993.
- CANDIDO, Michéle. *A geopolítica da rede e a governança global da Internet a partir da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação*. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18032009-112622/pt-br.php>>. Acesso em: 20 out 2014.
- CASTELLS, M. *Information technology, globalization and social development*. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva, 1999.
- DESTRADE, S. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. *Review of International studies*, 36, 2010.
- DREZNER, Daniel. *All politics is global: Explaining international regulatory regimes*. Princeton University Press, 2007.
- DREZNER, Daniel. *The global governance of the internet: bringing the state back in*. The academy of political science, 2002.
- Entrevista ao Embaixador Kremer da delegação dos Estados Unidos para o jornal Readwrite. POPESCU, Adam. *Reasons why US rejected the ITU*. Readwrite, 2008. Disponível em: <<http://readwrite.com/2012/12/14/5-reasons-why-the-us-rejected-the-itu-treaty>>. Acesso em: 26 out. 2014.
- FITZPATRICK, John. *The Writing of George Washington*. Vol. X.
- FREITAS, Andrey; FREITAS, Igor. *Os novos mercados de nomes e números da Internet: Reestruturação do sistema de governança brasileiro*.
- GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes estrategistas das Relações Internacionais*. Contexto, 2004.
- IKENBERRY, John; et al. *World politics: IR theory and the consequences of unipolarity*. Volume 61, Number 1 January 2009.

*Institute for the future*. Disponível em: <<http://www.iftf.org/what-we-do/history-of-the-future>>. Acesso em: 26 out. 2014.

ISO. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/about.htm>>. Acesso em: 24 out. 2014.  
JUNG. The “networked security” concept—stocktaking and perspectives. *European Security and Defence*, 1, jun 2009.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Afterword, Longman, 2000.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. 2. New Jersey: Princeton university, 1984.

KRASNER, Steven. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. Ithaca, Cornell University Press, 1983.

KREMER, Muller. *Cyberspace and international relations: theory, prospects and challenges*. Verlag, Berlin: Springer, 2014.

LAKE, D. Hobbesian hierarchy: The political economy of political organization. *Annual Review of Political Science*, 12, 263–283.

LANGNER, Ralph. *Stuxnet's secret twin*. Foreign policy. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/11/19/stuxnets\\_secret\\_twin\\_iran\\_nukes\\_cyber\\_attack](http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/11/19/stuxnets_secret_twin_iran_nukes_cyber_attack)>. Acesso em 20 de out. 2014.

MANJIKIAN, Mary. *From global village to virtual battlespace: the colonizing of the internet and the extension of realpolitik*. International studies quarterly, Robertson school of government regent University, 2010.

MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. Vol.19, No 3, 1995. Membros G8. Disponível em: <<http://www.g8.co.uk/members-of-the-g8/>>. Acesso em 19 de out. 2014.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*.

MUELLER, Milton; MATHIASON, John; KLEIN, Hans. *The internet and global governance: principles and norms for a new regime*. Global governance, Academic research library, 13, Jun. 2007.

MUELLER, Milton; SCHMIDT, Andreas; KUERBIS, Brenden. *Internet security and networked governance in international relations*. International studies association. Toronto: International studies review, 2013.

MUELLER, Milton. ICANN and Internet governance. *Info* 1, dez. 1999. p. 501. apud DREZNER.

NYE, Joseph. Nuclear lessons for cyber security? *Strategic Studies Quarterly* . 5, 2011.

NYE, Joseph. Power and foreign policy. *Journal of Political Power*, 4(1), 9–24.

NYE, Joseph. The American national interest and global public goods. *International Affairs*, 78, 2002. p. 233-244.

Office of the secretary of defense, August 1,2001, “*Strategies for maintaining U.S. Predominance*”.

OLIVER, Williamson. *The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting*. New York, Free Pass, 1985.

RADU, Roxana. *Power technology and powerful technologies: global governmentality and security in the cyberspace*.

ROSENAU, James. *Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial; tradução de Sérgio Bath*. Universidade de Brasília. São Paulo, 2000.

SCHILLER, Dan. Quem governará a Internet?. *Le Monde Diplomatique Brasil*. p. 34-35, fev 2013.

SCHMIDT, Andreas. *Hierarchies in networks: Emerging hybrids of networks and hierarchies for producing internet security*.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal. *Information rules*. Harvard Business School Press, Cambridge, MA, 1999.

SNYDER, Jack. *One World, Rival Theories*. *Foreign Policy*, 145, 2004.

STELLEN, Susan. Plan to change Internet group is criticized as inadequate. *New York Times*, abr. 2002.

WALT, Stephen. *International Relations: One world, many theories*. Special edition, No 110. *Frontiers of knowledge*, 1998.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International politics*.

WC3. Disponível em: <<http://www.w3.org/Consortium/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

WYATT, Edward. Obama asks FCC to adopt tough net neutrality rules. *The New York Times*. Nov 2014. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2014/11/11/technology/obama-net-neutrality-fcc.html?emc=edit\\_th\\_20141111&nl=todaysheadlines&nlid=59279368&\\_r=1](http://www.nytimes.com/2014/11/11/technology/obama-net-neutrality-fcc.html?emc=edit_th_20141111&nl=todaysheadlines&nlid=59279368&_r=1)>.